

I CONGRESSO  
EXTRAORDINÁRIO  
RIO DE JANEIRO,  
29 A 31/05/1987

# CONGRESSO NACIONAL EXTRARORDINÁRIO DA ANDES-SN

RIO DE JANEIRO 29 A 31 .05.87

## RELATÓRIO FINAL

### INTRODUÇÃO

O Congresso Extraordinário da ANDES foi convocado por decisão do CONAD Extraordinário (Brasília, 20 a 24/03/87), para referendar, ou não, a posição adotada pelo CONAD Extraordinário quanto à alteração da plataforma educacional para a Constituinte, aprovada no VI Congresso (Goiânia 25 a 31/01/87), referente à questão da destinação do CNG das IES Federais/ANDES, de realizar em 30 e 31/05 de 1987 uma reunião setorial para avaliar a greve e definir formas futuras de ação; a posição do Encontro das Ads das IES Particulares (Rio de Janeiro, 02 e 03/05/87), de reforço à necessidade de realização do Congresso para aprofundamento da discussão da política de transição da ANDES para o ensino superior e de realização de um balanço das greves ocorridas no setor no país; as lutas das Ads das IES Estaduais da Bahia, Paraná e São Paulo contra a extinção do gatilho, pelo pagamento de salários e pela defesa da autonomia universitária, além das campanhas salariais no setor.

A relação das Ads participantes é a seguinte:

ADUSP, ADUERJ, ADUEM, ADUNICAMP, ADUFS-BA, ADUEL, ADCESP, APUB, ADUFF, ADUFSCAR, ADUFPEL, ADUA, ADUFRJ, APUFSC, ADUFPB-CG, ADURN, APROFURG, ADUNB, APUBH, AFUFRGS, ADCEFET-RJ, ADUFPI, ADUFES, APES, ADUR-RJ, ADUFPR, ADUNI-RIO, ADUFAC, APUSM, ADUFC, ADUFPA, ADUFG, ADUFPB-JP, ADUFS, ADUFU, ASPEC, ASDESAM, ADUFAL, ADUFERPE, ADEPM, ADUFOP, ADECEFET-PR, ADUFEMS, ASPUV, ADUFMAT, ADUFEPE, ADUNIR, ADUNIMEP, APROPUC-SP, APROFOC, APROPUC-C, ADPUC-RJ, ADUSU.

## PLENÁRIA DE ABERTURA

DATA: 29.05.87, 11h

LOCAL: Sala Vera Janacopulos da UNI-RIO

MESA: Newton Lima Neto (Presidente ANDES)  
Márcio Antônio de Oliveira (Secretário Geral ANDES)  
Cibeli Reynaud (Presidente ADUNI-RIO)  
Miriam Limoeiro Cardoso (Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro)  
Hermes Zaneti (Deputado)  
Octávio Elísio (Deputado)  
Prof. Guilherme Figueiredo (Reitor da UNI-RIO)  
Prof. Hildiberto Ramos Cavalcante de Albuquerque Júnior  
(Reitor da UFF e representante do CRUB)  
Profª Vanilda Paiva (Representante da SBPC)  
Profª Diocécia Calp (presidente ANDEF)  
Marcílio Araújo (Representante da FASUBRA)

Após as manifestações dos participantes da mesa, o presidente da ANDES, Newton Lima neto, proferiu, em nome da diretoria, seu discurso, cujo conteúdo encontra-se no anexo I.

Em seguida, em nome da entidade, o presidente da ANDES homenageou os Deputados Hermes Zeneti e Octávio Elísio, pelo relevante trabalho realizado quanto à aprovação da lei de isonomia, no processo da greve do setor federal e na sub-comissão de educação da Constituinte, em defesa do Ensino público e na sub-comissão de Educação da Constituinte, em defesa do Ensino Público e Gratuito, aos quais foram entregue placas com os seguintes dizeres:

“Homenagem dos Docentes do Ensino Superior e reconhecimento á sua contribuição na conquista da isonomia Salarial para IES Federais e persistente esforço em prol da educação pública e Gratuita”

ANDES-SN  
CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO  
RIO 29.05.87

## **PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO**

**A** – Na Plenária de Instalação foi aprovada a seguinte pauta:

- 1 – Questões salariais (estaduais, particulares, federais)
- 2 – Constituinte:
  - a questão das verbas públicas e a Constituinte;
  - continuidade das formas de ação
- 3 – Verbas para o ensino superior e a política de transição da ANDES-SN
- 4 – Questões financeiras e organizativas da ANDES-SN

**B** – Foi aprovado, também o seguinte da cronograma:

- 1 29.05 (sexta-feira)
  - 11 horas – Plenária de abertura e instalação do Congresso Extraordinário
  - 15 horas – Reuniões Setoriais TEMA I
- 30.05 (sábado)
  - 09 às 13h – Grupos mistos TEMA 3
  - 15 horas – Grupos mistos TEMAS 2 e 4
- 31.05 (domingo)
  - 09 às 13h – Plenária TEMA I
  - 15 às 24h – Plenária TEMAS 3, 2 e 4
  - Plenária de Encerramento

**C** – Regimento do Congresso Extraordinário (Vide. Anexo)

## **TEMA I - QUESTÕES SETORIAIS**

### 1 – ESTADUAIS

Ads presentes: ADUSP, ASDUERJ, ADUEM, ADUNICAMP, ADUFS, ADUEL, ADCESP.

#### **Pauta:**

- 1.1 – Discussão do documento apresentado pela ADCESP
- 1.2 – Relato das greves das Estaduais (Paraná, Bahia e São Paulo)
- 1.3 – Avaliação do movimento grevista
- 1.4 – Propostas de encaminhamentos.

#### 1.1 – **Discussão do documento apresentado pela ADCESP**

ADCESP – Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí, foi criada recentemente e está em processo de filiação à ANDES. A instituição FADEP (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí) é uma Fundação Estadual composta de 3 centros sendo um deles o CESP (Centro de Ensino Superior do Piauí). Os docentes desta instituição foram requisitados do quadro da Secretaria do Estado do Piauí atendendo a qualificação mínima de pós graduação (latu-sensu). A administração anterior criou o PCS mas não regularizou a situação funcional dos professores, que não possuem nenhum vínculo empregatício, nenhuma forma de contrato com a instituição.

Tendo em vista o documento apresentado e relato do presidente da AD, o **Congresso Extraordinário delibera** encaminhar ao Governador do Piauí, ao Secretário de educação e o Presidente do conselho de Curadores a seguinte moção:

“A ANDES e as Ads do Brasil possuem uma proposta de Universidade, pública, democrática, gratuita e competente. Todo esforço no sentido da realização deste projeto, conta com o irrestrito apoio dos docentes do Brasil. (em anexo nossa proposta)

A situação dos companheiros da ADCESP (Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí) coloca-se pro princípio na trajetória de construir uma Universidade. É necessário ressaltar que alguns pontos são fundamentais para que as funções e objetivos da Universidade, assim como as relações sociais no seu interior não serem desvirtuadas:

a) As relações de trabalho, a contratação e contratação de pessoal e a progressão na carreira devem ser inteiramente baseados em critérios acadêmicos e científicos claros como criticamente discutidos na comunidade universitária. A ingerência da política partidária e do clientelismo nestas questões são práticas repudiadas pela ANDES e as Ads, pois inimigas de uma Universidade pautada pela liberdade de debate e o desenvolvimento do saber e reflexão críticos.

b) A completa autonomia acadêmica e científica da Universidade em relação ao Estado, governos e partidos e a democratização da gestão acadêmica e científica das instituições de Ensino Superior, são pontos essenciais para a construção de uma

universidade pública, gratuita, democrática, e envolvida com os interesses da maioria da população, que a ANDES e as Ads sempre defenderam.

Desta forma vimos solicitar a V. Ex<sup>a</sup>. que continuamente contemple na sua administração as propostas do Movimento docente respeitando a autonomia das Instituições de Ensino Superior e a organização autônoma e democrática dos docentes representada pelas Associações Docentes como a ADCESP e a ANDES”.

### 1.2 – Relato das greves das Estaduais (Paraná, Bahia, e São Paulo)

O setor das estaduais vem travando desde o início do semestre letivo, uma luta acirrada em defesa da autonomia da Universidade e da melhoria de condições de trabalho e salário para os docentes. Os boletins da ANDES tem trazido, constantemente, relatos sobre as greves das Estaduais paulistas, paranaenses e baianas. Recentemente, a Coordenação do Setor encaminhou às Ads uma circular com informes específicos da situação do movimento grevista em cada Estado. Alguns fatos, posteriores a esses relatos, devem ser acrescentados.

No Paraná, a greve foi julgada pelo tribunal. Apesar da declaração de legalidade da greve o Governo de Álvaro Dias continua recusando-se a pagar o reajuste de 70,16% aprovado pelos conselhos Administrativos das Universidades. Está prevista, para o dia 29/05, uma audiência do Presidente do CRUB e reitores das Estaduais paranaenses com Álvaro Dias. A presidência da ANDES está solicitando para quarta-feira (03/06) uma audiência com o governador com a presença de representantes das Ads.

Na Bahia também o impasse continua. O governo de Waldir Pires nega-se a conceder um reajuste emergencial enquanto o Estatuto do Magistério Superior do Estado não for aprovado. Como contra-proposta o governo alega que é um dos poucos estados a aceitar o pagamento do gatilho, embora na prática, os docentes só tenham recebido agora, o gatilho de janeiro. Fora do Estatuto o governo só “oferece” (e não pago) o gatilho. O comando de greve aprovou uma condução mais agressiva para o movimento e durante esta semana (25 a 29/05) e a próxima, vários atos públicos em Salvador e no interior da Bahia sendo organizados.

Em São Paulo o governador do Estado mantém-se em uma perspectiva de absoluta intransigência recusando-se a pagar os gatilhos devidos pela Lei 467. No momento a lei 467 foi mantida pela Assembléia Legislativa mas o executivo recorre ao Supremo Tribunal argüindo a inconstitucionalidade da lei. O movimento após a realização de grandes atos públicos, fez realizar um dia de luta em defesa do gatilho, em conjunto com as centrais sindicais e os partidos políticos. No dia 11/06 a greve deverá ser retomada pelo conjunto do movimento.

### 1.3 – Avaliação do movimento grevista

Na avaliação das greves das Estaduais alguns aspectos, comuns a nível de estratégia de governo, foram identificados:

- a) a política de redução de gastos e de achatamento salarial;
- b) a tentativa de se contrapor ao princípio de autonomia da Universidade, cerceando o poder deliberativo de seus conselhos Administrativos (Paraná e Bahia);

c) o descaso claramente demonstrado pelos governos federal e estaduais em relação aos interesses dos trabalhadores, do funcionalismo público e em particular a educação. O setor da educação continua não sendo priorizado pelo governo da Nova República e seus aliados nos governos estaduais, o que se manifesta na falta de conhecimento sobre a realidade da universidade brasileira, e/ou da tentativa de inviabilizar o projeto de universidade pública, gratuita, democrática e competente, por parte desse governo;

d) a compreensão por parte dos governos da Bahia e do Paraná de uma função específica para as Universidades Estaduais no sentido de transformá-las em escolas de 3º grau, limitando suas atividades ao ensino e com a preocupação básica, no caso da Bahia, por exemplo, de formar profissionais para suprir carências de mercado regional. Neste sentido percebe-se que a proposta do GERES está viva e ameaçando nosso projeto de Universidade;

e) a situação atual está levando a transformação da linha de avanço por luta de resistência diluindo as experiências históricas num movimento recessivo;

f) o governo de São Paulo está criando um gigantesco impasse: se por um lado existe o óbvio desgaste do governo, por outro lado o governo radicaliza, com o máximo de intransigência, na tentativa de desmobilizar as lideranças do movimento. A estratégia governista tem presente a necessidade de quebrar a resistência do funcionalismo como parte do processo de retirada do gatilho, em primeiro para o funcionalismo estaduais, depois para os federais e finalmente para o conjunto da classe trabalhadora. A partir daí se coloca a necessidade de coordenação com as centrais sindicais;

g) em relação á democratização das Universidades estaduais, as paulistas pouco avançaram. Em outras estaduais (Paraná) a resposta do governo, negativa em relação ao financiamento da autonomia, obrigando que estas universidades estabeleçam estratégias políticas para captação de recursos para manutenção e voltem-se ao financiamento não público, descaracterizando o nosso projeto de Universidade e criando espaço para a implantação plena do predito de privatização da Universidade;

h) há necessidade de se aprofundar a discussão da situação política nacional nos movimentos grevistas em andamento. Essa análise geral inclui o processo de desmoralização política do Estado, passa pelo movimento sindical articulado entre todos os trabalhadores e recupera s questões gerais que estão abafadas (Constituinte, FMI, dívida externa, eleições diretas para presidente.)

#### **1.4 – Congresso Extraordinário aprova os seguintes encaminhamentos para o Setor das Estaduais:**

a) realizar entrevista coletiva do presidente da ANDES, à imprensa para que sejam feitos os seguintes destaques:

- tentativa por parte do governo de inviabilizar o projeto de Universidade concluído pela ANDES ;

- ausência de verbas para as Universidades no Paraná problema de verbas para pesquisa e na Bahia total ausência de repasses de verbas em 1987 (UEFS);

- suspensão do gatilho em São Paulo, e o não pagamento do mesmo na Bahia;

Fatos a serem ressaltados:

- greve de 90 dias na Bahia

- legalidade da greve no Paraná
  - não pagamento do gatilho em São Paulo.
  - b) solicitar audiências, em nome do presidente da ANDES, aos governadores.
  - c) articular discussão da ANDES com o CRUB sobre a questão das Estaduais.
  - d) dar continuidade e intensificar a articulação com CUT, CGT, sindicatos e associações profissionais comprometidas com a luta pelo gatilho salarial. ( Em anexo nota sobre o dia nacional de luta pelo gatilho)
  - e) solicitar audiência da ANDES e Ads estaduais com o MEC para que este interceda junto aos governos Estaduais no sentido de solucionar o impasse.
  - f) articular, através da ANDES, as Ads estaduais visando, a nível nacional, uma atuação e uma política conjunta inserida na universidade brasileira. (o Setor propõe uma reunião para organização dessa articulação em 25 e 26 de julho de 1987 na ADUSP.)
  - G) articular as discussões das Estaduais com as Federais na defesa da Universidade Estadual, tendo como eixos a luta por uma política salarial e um projeto de universidade.
  - h) discutir nas bases do movimento docente, o financiamento do ensino público incluído a discussão de verbas federais para as Universidades Estaduais.
  - i) publicar, como matéria paga, um documento em defesa das Universidades Estaduais que contemple a relação entre a crise nas Universidades Estaduais e a situação de crise nacional, apontando dentre das especificidades regionais, uma unificação com outros setores organizados da população.
  - j) discutir no próximo CONAD uma paralisação nacional das Universidades Estaduais pelas suas questões específicas comuns.
  - k) elaborar um boletim específico das Estaduais com os seguintes temas:
    - projeto de Universidade dentro da atual conjuntura política;
    - ICM, política salarial e verbas;
    - avaliação: uma proposta de discussão;
    - informes gerais
- Prazo de entrega do material à Coordenação do Setor até 08.06.87

1 – Moção de apoio do Congresso Extraordinário da ANDES às greves no Setor das Estaduais.(\*)

### **FEDERAIS**

Ads presentes: APUB, ADUFF, ADUFSCAR, ADUFPEL, ADUA, APES, ADUFRJ, APUFSC, ADUFPB-CG, ADURN, APROFURG, ADUNB, APUBH, ADECEFET-RJ, ADUFRGS, ADUFPI, ADUFES, ADUR-RJ, ADUFPR, ADUNI-RIO, ADUFAC, ADUFPA, APUSM, ADUFC, ADUFPB-JP, ADUFG, ADUFS, ADUFU, ASPEC, ASDESAM, ADUFAL, ADUFERPE, ADEPM, ADUFOP, ADECEFET-PR, ADUFEMS, ASPUV, ADUFMAT, ADUNIR, ADUFEPE

Pauta: 2.1 – Continuidade da luta/ Encaminhamento

2.1.1 - Verbas

(\*) em anexo, DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DO GATILHO PARA TODOS.

## ANEXO 2

2.1.2 – Contratações

2.1.3 – Aposentadoria integral

2.1.4 – PCS e tabela

2.1.5 – 1º e 2º graus

2.2 – Balanço da greve

2.3 – Reestruturação da Universidade Federal

2.4 – Mobilizações: UFPI, UFOP, UFSE, UFRRJ

2.1 – Continuidade da Luta

2.1.1 – Verbas

A – Informes

a) Documento do Secretário Geral do MEC (vide telex nº 1 da diretoria da ANDES)

b) CPI sobre o destino das verbas da Emenda Calmon. Foram colhidas as assinaturas de deputados federais necessárias á proposta de instalação da CPI. O requerimento do deputado Hermes Zenetti já foi entregue ao Presidente da Câmara.

B – Deliberações

Considerando:

- a necessidade de a ANDES estar fortemente preparada para participar nos trabalhos da Comissão de Verbas, que deverá ser instalada brevemente:

a necessidade de a ANDES avançar na formulação de suas reivindicações quanto à verbas, fixando quantitativos e percentuais precisos, baseados nas necessidades concretas das IES federais.

O congresso Extraordinário delibera:

a) Cada Ad do setor elaborará dossiê sobre a situação de verbas da respectiva IES, incluindo levantamento das reais necessidades de verbas de cada IES para garantir seu pleno funcionamento. Os dossiês deverão estar prontos até o XVI CONAD, no segundo semestre de 1987.

b) O movimento docente pressionará a administração de cada IES para ela realiza o levantamento sobre as reais necessidades de verbas, com a participação da AD (paritária ou não, conforme características próprias). O levantamento deve ser orientado pela AD no sentido de produzir as informações essenciais para identificação da necessidade real de verbas. As Ads que já fizeram esse levantamento devem passar às demais a

metodologia empregada. O levantamento deverá ser analisado pela Ad antes de ser enviado à ANDES.

Recomendação:o levantamento deve ser realizado a partir dos Departamentos, Unidades ou Centros de Custos.

c) Cada Ad definirá proposta de percentual de OCC/ OG para a respectiva IES, levando em conta manutenção, recuperação e novos investimentos.

d) A diretoria da ANDES, com base nos dossiês e propostas das Ads, definirá proposta de percentual mínimo único de OCC/ OG por Ad, a ser submetida ao XVI CONAD, para se encaminhado ao MEC como reivindicação do movimento.

e) Os percentuais de OCC/ OG serão fixados levando em conta não apenas as condições atuais de desempenho das IES, mas também suas necessidades de crescimento no sentido da consecução plena da construção da Universidade. Neste sentido, é importante considerar que a reivindicação da ANDES é que a razão OCC/ OG seja de 27,8%, compatível com recomendações internacionais sobre esta questão.

f) As Ads incluirão no dossiê, além do orçamento proposto, os dados do orçamento realizado e estimativas das verbas captadas nos itens:

- 1) verbas provenientes dos órgãos públicos de financiamento á pesquisa;
- 2) verbas provenientes do setor privado.

g) Cada Ad acompanhará mês a mês a evolução da relação OCC/ OG neste ano, encaminhando as informações à Direita da ANDES, que elaborará relatório para o VII CONGRESSO, em janeiro/ 88.

h) Será feito um levantamento da dotação inicial deste ano e do montante de suplementação já realizado, em termos percentuais, para se verificar:

- se a meta de 12,4% está sendo cumprida;
- se o governo não insiste em implementar, na prática, sua política de “centros de excelência” (GERES).

i) O movimento exigirá garantia de participação da comunidade universitária no processo de elaboração orçamentária de cada IES, bem como no controle relativo à aplicação das verbas de OCC com base na montagem de um sistema adequado de informações que permitam a continuidade do acompanhamento.

j) O MD encaminhará à administração de cada IES as propostas aqui aprovadas a respeito do controle de verbas, buscando o seu compromisso político com essas propostas.

k) O Congresso **remete** a proposta seguinte á discussão nas Ads, para retorno no XVI CONAD:

- 1) Estudar a conveniência do desmembramento de OCC em OC (orçamento de capital) , para garantir percentual mínimo de investimento.

2) Em qualquer situação, as verbas de custeio devem atender completamente as necessidades de casa universidade, sendo inaceitável a deterioração do mínimo que foi conquistado até o momento. Assim, se o percentual definido for insuficiente na prática, as verbas deverão ser implementadas, sem prejuízo do orçamento de capital.

3) O orçamento de capital poderá ter percentuais diferenciados entre as universidades, privilegiando aquelas que têm necessidade de expansão – levando-se em conta a análise do porte e da especificidade de estrutura da universidade – visando um padrão unitária de qualidade, como ponto fundamental na luta contra o conceito de “centros de excelência” formulado no projeto do GERES.

### 2.1.2 – Contratações

#### A – Informes

O presidente Sarney assinou em 06.05.87 o Decreto N° 94.313, publicado no DOU de 07.05.87. Esse decreto autoriza contratações de pessoal especializado pelos órgãos da administração federal direta e autarquias federais sem concurso. (vide integra em anexo).

#### B – Deliberações

- A ANDES **reafirma** sua posição clara e inequívoca pelo acesso aos servidores públicos exclusivamente por concurso público.
- A ANDES se articulará com a FASUBRA e outras entidades de servidores públicos, com vistas a se conseguir a imediata revogação do Decreto n° 94.313.
- As Ads farão levantamento das reais necessidades de contratações, por IES.

### 2.1.3 – Aposentadoria integral

#### A – Informes

a) Na reunião que a Comissão da ANDES teve com a subcomissão interministerial para o PCS, os membros da subcomissão deixaram mais uma vez claro que não partem do MEC as resistências à adoção da aposentadoria integral. Nessa reunião, A Comissão da ANDES reafirmou a reivindicação de inclusão da aposentadoria integral no PCS.

b) Na Subcomissão de Educação da Constituinte foi aprovada, por 15 votos contra 2 (estes, do Sem. João Calmon, PMDB – ES, e do Dep. Bezerra de Melo, PMDB-CE), a seguinte emenda ao relatório do relator:

“Aposentadoria aos 25 anos de exercício em funções de magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais da educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação”.

#### B – Deliberação

( vide seção 4, deste Tema I – Setoriais, neste relatório á página 47)

## 2.1;4 – PCS e TABELA

### A – Informes

a) Documento do Secretário Geral do MEC (vide Telex nº 1 – diretoria da ANDES)

b) Informações do Secretário da SESU:

No dia 22/05 (sex), o Secretário Bayer prestou as seguintes informações ao Presidente da ANDES:

Foram liberados pelo Ministério da Fazenda os recursos para o pagamento da diferença salarial em relação a abril e dos salários de maio, no dia 21.05 (qui), à noite.

A comissão interministerial, reunida em 19.05 (ter), decidiu que os livre-docentes e os catedráticos por concurso têm direito ao incentivo para doutores, referido na EM 69.

As funções gratificadas, os cargos comissionados e a gratificação de NS serão tratados na reunião da comissão interministerial em 28.05 (qui).

No dia 26.05 (ter), o Secretário Bayer informou ao 1º Secretário da ANDES, Ibanez, que até aquele momento, haviam sido liberados os recursos para pagamento dos salários dos docentes de 33 IES, que responderam às solicitações do MEC.

### B – Deliberações

- O Congresso **delibera** não introduzir modificações de fundo na estrutura do PCS protocolado no MEC, limitando-se a deliberar sobre complementações (com relação à incentivo a especialização, incentivos a mestrado e doutorado, situação dos livre-docentes e proposta para 1º e 2º graus) e correções de forma.

- O congresso delega à Comissão da ANDES para PCS, a atribuição de promover as correções de forma.

- Considerando a complexidade da questão, o Congresso **não delibera** sobre a proposta de adoção de incentivo à especialização, remetendo-a a discussão nas Ads, acompanhada de texto desenvolvendo as argumentações levantadas na reunião do setor (autoria do texto: Nosela - UFSCAR, Gil – UFSCAR, Elisa – UFF).

- O Congresso **referenda** os incentivos de 15% e 25% o mestrado e doutorado, respectivamente.

- Considerando que apenas 6 Ads se posicionarem sobre a questão dos livre-docentes (Juiz de Fora, URGs, UFMG, SE, UFF, AL- todas a favor de extensão aos livre-docentes do incentivo de doutorado) o Congresso **não delibera** a respeito, encaminhando a questão a discussão nas Ags, acompanhada de documento analisando os argumentos favoráveis e contrários.

O Congresso **encaminha** às Ads, para discussão e deliberação, para retorno à reunião à reunião nacional do setor (vide item c.c, a seguir), a questão do tempo relativo à aposentadoria dos docentes.

Obs.: Acerca da alteração da proposta do PCS da ANDES, referente ao 1º e 2º graus, ver item 2.1.5.

C – Encaminhamentos:

a) O Congresso **referenda** as Comissões da ANDES:

- para PCS: . 2 diretores da ANDES-SN
  - . Tanira (1º e 2º graus) – UFSC
  - . Elias (autarquia) - UFMS
  - . Sadi (fundação) - UNB

- de Apoio jurídico: . 1 diretor da ANDES-SN
  - . Regina – UFPE
  - . José Geraldo – UNB
  - . Samir Sirial – UFMG

Suplentes da Comissão para PCS:

- . de Tanira – Edilamar (Uberlândia)
- . de Elias – Laércio (PB-JP)
- . de Sadi – Chiquinho (S. Carlos)

b) O Congresso **delega** à reunião nacional do Setor, a condução do processo daqui para a frente.

c) Calendário

- 04.06 (qui) – Reunião do setor Federais em Brasília
- 08 horas – na ante-sala do Ministro, reivindicando que toda a Comissão da ANDES seja recebida na Audiência.
- 09 horas – reunião com o Secretário Geral do MEC
- 10 horas – reunião do setor
- 10-11.06 (qua – qui) – rodada nacional de Ags (proposta de ação)
- 13-14.06(sab-dom) – reunião do setor em Brasília (proposta de ação)

d) Relatório elaborado com base em informações fornecidas pelos delegados de 28 Ads presentes ao Congresso sobre a situação do pagamento, por IES, das conquistas salariais da greve das federais, será enviado às Ads para exame e posterior deliberação na reunião nacional do setor.

2.1.5 – 1º e 2º graus

Ads presentes: APROFURG, ADUFPEL, ADUFU, ADUFF, ADUFPA, APES, APUBH, ADUFC, ADUFS, ADUFS, APUFSC, ADUFPB-CG E APUB.

A – Informes das Ads

a) Várias Ads pediram apoio aos reitores de suas IES, à reivindicação de carreira única, sendo que alguns se comprometeram a prestar esse apoio, outros a se abster. Na reunião do CRUB, porém, isso não aconteceu; apenas dois se abstiveram e os restantes votaram contra.

b) Verificou-se a importância de se subsidiar o MD, a comissão do PCS e o CRUB com documentos que levantem o envolvimento do pessoal docente de 1º e 2º graus no ensino de terceiro grau.

#### B – Encaminhamentos

a) O Congresso Extraordinário aprova moção de protesto ao CRUB, por sua posição contrária à carreira única.

b) Cada Ad deverá cobrar, do reitor de sua IES, sua posição na reunião do CRUB.

c) Cada Ad procederá ao levantamento do envolvimento dos docentes de 1º e 2º graus envolvidos, no âmbito de sua IES, no ensino de 3º grau. Esse levantamento será encaminhado à Comissão de 1º e 2º graus da ANDES, que centralizará a elaboração de um dossiê com essa justificativa para embasar a reivindicação de carreira única.

d) O levantamento feito pelas Ads com relação às peculiaridades dos docentes de 1º e 2º graus da IES e os relatos das reuniões das Ads com os reitores, deverão ser levados à reunião nacional do setor Federal, em Brasília, dias 13 e 14 de junho.

#### C – Deliberações

O Congresso Extraordinário **referenda** a proposta aprovada pelo CNG das Federais e encaminhada ao MEC: enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus das IES Federais na carreira única dos docentes de 3º grau dessas IES, definindo-se assim uma carreira única para todos os docentes das IES Federais.

A exposição de motivos do CNG que acompanhou a proposta do CNG será novamente enviada às Ads.

Fica incluído no “Plano de Cargos, Salários, Benefícios e Vantagens das IES Federais”, protocolado pela ANDES no MEC, o seguinte.

Art. 41, com seus respectivos dos parágrafos:

Art. 41. – Os docentes de 1º e 2º graus das IES Federais serão enquadrados na Carreira do Magistério Superior, observando-se os critérios de titulação e tempo de serviço, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da aprovação deste Plano.

§ 1º - Os docentes de 1º e 2º graus das IES Federais que não possuem a titulação mínima exigida para o imediato enquadramento neste plano, terão prazo de 6 (seis) anos para a conclusão do curso de graduação, após o que ocorrerá o seu enquadramento.

§ 2º - Enquanto não ocorrer o enquadramento previsto no caput deste artigo, os docentes a que se refere o parágrafo anterior, bem como os docentes para cuja especialidade não exista curso de graduação, serão enquadrados em quadro suplementar.

## 2.2 – Balanço da Greve

### A – Deliberação

Considerando a natureza e os limites de tempo deste Congresso Extraordinário, convocado essencialmente para deliberar sobre a política de transição e de verbas da ANDES e sobre a continuidade do movimento nos setores das Federais, das Estaduais e das Particulares, o congresso Extraordinário delibera não realizar uma definitiva avaliação, e sim encaminhar todas as contribuições às Ags para que o processo de avaliação continue a se aperfeiçoar. Reconhece este Congresso que o CNG fez um trabalho de qualidade e constantemente referendado pelas Ags e, neste sentido, realizou um trabalho político altamente válido e democrático para o movimento.

### B – Encaminhamento

O Congresso Extraordinário solicita a apresentação por escrito, pelas Ads, da percepção diferenciada ou de acréscimos significativos que eventualmente tenham relação à avaliação do CNG, no sentido de que os pontos de estrangulamento do movimento originados na greve possam ser trabalhados como forma de preservação de sua unidade e a conseqüente continuidade da luta.

### C – Deliberação : Seminário

Considerando que é fundamental aprofundar o debate crítico sobre questões organizativas e políticas inerentes à utilização da forma de luta **greve** pelo MD, com o objetivo de fortalecê-lo, fazendo-o avançar em sua compreensão desses aspectos, o Congresso Extraordinário **delibera** realizar um **Seminário** para avaliação das experiências de greve do MD, levando em conta a sua história, assim como a fundamentação teórica e política dos princípios e da capacidade de organização e mobilização do MD, sobre o tema: **Greve enquanto instrumento de luta: questões organizativas e políticas**, tendo como eixos os seguintes pontos:

- a) Memória das greves do setor;
- b) Discussão dos desdobramentos das greves enquanto potenciais organizativos e políticos, em particular no que se refere à metodologia de ação para o fortalecimento do MD.

#### Encaminhamento:

1 – A organização do seminário ficará por conta da Regional Rio e da Diretoria da ANDES, contando com a participação do professor Gil Vicente Reis de Figueiredo, da ADUFSCAR, objetivando resgatar a memória das discussões ocorridas no Congresso entre as delegações que construíram a proposta do seminário (ADUFF, ADUFOP, ADUFSCAR, ADUFPI, ADUFPEL, APUB) assim, se elaborará uma pauta pormenorizada, a partir dos eixos indicado.

2 – A ANDES remeterá a todos as Ads a pauta assim produzida, para ampla discussão nas bases.

3 – O Seminário será de um dia de duração precedendo o CONAD, cabendo sua operacionalização à Ad sede do CONAD.

4 – O resultado do Seminário deverá ser editado como um Caderno da ANDES, visando promover a reflexão e o aprofundamento pelo MD, de nossas experiências passadas e subsidiar nossas luta futuras.

## 2.3 – Reestruturação da Universidade Federal

### A – Informe

Uma semana antes de ser deflagrada a greve nacional das IES Federais, o CENTEC-BA (Centro de Educação Tecnológica da Bahia) realizou a sua eleição para a composição da lista sêxtupla para escolha do sucessor da atual direção. O Conselho Diretor, órgão máximo na instância deliberativa da instituição – composto quase que totalmente por figuras estranhas, isto é, de fora do Centro – a quem compete encaminhar a lista, recusou-se a fazê-lo, alegando falta de condições técnicas, operacionais e morais.

Várias reuniões do Conselho para tratar do assunto foram adiadas e com isso a questão vem sendo protelada de modo que a comunidade sente-se ludibriada quanto ao atendimento dos seus anseios de democratização da instituição que, necessariamente, deve passar pela eleição de seus dirigentes. Isso afronta todo o princípio democrático e golpeia profundamente a autonomia do Centro.

Por fim, em reunião realizada em 22 de maio último, o Conselho, alegando-se, mais uma vez, sem condições de avaliar a situação do Centro para que pudesse encaminhar a lista, solicitou da SESU uma sindicância na instituição, o que leva a comunidade a ficar apreensiva quanto ao seu encaminhamento e resultados, podendo inclusive vir a ser oficializada uma intervenção.

### B – Deliberações

- Visando dar continuidade às decisões do VI Congresso da ANDES, o Congresso Extraordinário **delibera:**

a) Será retomada organizadamente a discussão da reestruturação, que deverá desembocar no XVI CONAD.

b) Continuará o contato com a FASUBRA e a UNE, para avançar o trabalho na apresentação de proposta conjunta de projeto de reestruturação.

c) O GT-Política Educacional, à luz da proposta da ANDES, retrabalhará a questão da reestruturação, recuperando e continuando o trabalho de consolidação da Comissão par isso criada. O projeto consolidado pelo GT- Política Educacional Será remetido para discussão nas Ads.

A ANDES intercederá junto ao MEC em defesa da autonomia e do processo de democratização do CENTEC-BA, levando a questão à próxima audiência com o ministro, questionando o real sentido da sindicância e as formas de sua condução, na media em que os seus resultados possam ser lesivos aos interesses da comunidades.

## 2.4 – Mobilizações: PI, OURO PRETO, SE, RURAL-RJ

### 2.4.1 – UFPI

#### 2.4.1.1 – Informe:

##### A GREVE DOS DOCENTES DA UFPI

Os delegados da ADUFPI presentes no XV CONAD/ Congresso Extraordinário da ANDES, realizado no período de 28 a 32/05/87, vêm através deste documento, apresentar alguns informes sobre o MD na FUFPI que se mantém em greve há 67 dias.

#### A – Informes:

##### A 1 – Posição quanto à greve nacional

- Início da greve – 25/03  
- Suspensão da greve – acatou a decisão majoritária das Ads, mesmo indicando a continuidade do movimento, por não ter garantia de que a distribuição das verbas do OCC não reduziriam o percentual atual de algumas IES. Além disto o MD poderia ter sido mais firme na luta pela participação efetiva da ANDES na Comissão de elaboração do PCS.

##### A.2 – Greve local:

A greve local foi deflagrada simultaneamente à nacional, tendo a seguinte pauta:

- Pontos já conquistados:  
a) constituição de comissão paritária (todos os segmentos) para reformulação dos estatutos e elaboração do Regimento da FUFPI;  
b) Constituição de comissão paritária (todos os segmentos) para planejamento e acompanhamento da aplicação das verbas do OCC;  
c) Pela revogação da portaria da administração superior que institui um jubramento arbitrário de 1.200 estudantes;  
d) Pela aplicação da legislação federal e resoluções do conselho Universitário da FUFPI, que dispõe sobre disposições (liberações) de docentes e servidores para outros órgãos.

- Continuamos em greve pelos seguintes pontos:

a) Concessão imediata de todos os pedidos de Dedicção Exclusiva.

OBS: Existem 109 pedidos deferidos e não concedidos desde 1982, além das solicitações feitas após esta data, hoje totalizando 320;

b) Reenquadramento imediato de todos os docentes com direito adquirido, no PCS vigente nas fundações . Ponto inegociável, por decisão unânime dos professores;

### A. 3 – Mobilizações

- a) Foram realizados vários atos públicos;
- b) Assembléias ordinárias nas 2ª e 3ª feiras com participação média de 250 docentes, algumas chegando a atingir números próximos a 500 colegas;
- c) Atividades outras como: discussão de propostas para regimento e estatuto com as comissões eleitas e debates com o reitor da IES estadual e autoridades do ensino no Piauí;
- d) Ampla divulgação do movimento através da televisão, rádio, jornais e panfletagem.

### A.4 – Com relação à reposição ou não das aulas

Ampla discussão sobre a questão da reposição ou não das aulas, através das assembléias e de reuniões por departamento e por centro, com a participação de 90% de docentes. Decisão: Não reposição das aulas e conseqüente cancelamento do semestre, aprovada por ampla maioria, em todos os centros. Esta é a mesma decisão dos estudantes, por deliberação em A. Geral do DCE.

### B – Avaliação do Movimento

No que pese todas as dificuldades enfrentadas, principalmente após o final da greve nacional, a partir do qual o reitor passou a exercer maior pressão no sentido de terminar a greve, o movimento se mantém coeso e com apoio dos servidores, estudantes e da população.

O acesso á imprensa local teve papel importante no esclarecimento e divulgação do movimento, repassando todas as informações do comando local e abrindo espaços nunca antes conseguindo.

A última assembléia, realizada em 27/05 4ª feira, com aproximadamente 500 docentes, rejeitou proposta da administração superior de reenquadrar apenas 239 dos 860 docentes e deliberou por unanimidade a continuidade da greve, por considerar este ponto INEGOCIÁVEL.

### C – Encaminhamento do Movimento

- a) Contatos com o governador do Estado, parlamentares estaduais e outras lideranças, no sentido de pressionar a Reitoria e o MEC;
- b) Contatos com a bancada federal do PI no Congresso Nacional e outros parlamentares, com o mesmo objetivo;
- c) Solicitação de apoio do Congresso Extraordinário da ANDES.

Em função destas propostas já foram asseguradas:

- Audiência – ANDES/ ADUFPI/ SEC SESU – dia 1º/ 06, 2ª feira, 15h
- Audiência – parlamentares/ ADUFPI/ SEC SESU – dia 06/06, 3º feira, 15h30.

- Audiência – Senador Hugo Napoleão/ ADUFPI/ Ministro da Educação dia 02/06 – 3ª feira, 17h.

d) Assembléia Geral para avaliação dos Contatos:  
- dia 03/06 – 4º feira – as 15h.

Concomitante a esses encaminhamentos, os docentes estão elaborando proposta de Regimento e estatutos e realizando outras atividades referentes à greve.

#### 2.4.1.2 – **Deliberação**

O Congresso Extraordinário **aprova** moção de apoio aos docentes da Universidade Federal do Piauí.

#### 2.4.2 – **UF DE OURO PRETO**

##### 2.4.2.1 – Informes

### **A LUTA DO MOVIMENTO DOCENTE EM OURO PRETO**

A questão acerca da não reposição de aulas em Ouro Preto foi discutida no encerramento da primeira greve realizada em 1985 nesta IES, quando ao final do Movimento a reposição parcial de aulas foi deliberada em Assembléia Geral. Naquele momento foi também decidido que, no caso de greves futuras, os docentes definitivamente não fariam reposição. Esta foi então a decisão possível e justa, visto que naquela época a não reposição de aulas foi preterida em função da ausência de debates corpo discente que apoiava incisivamente o movimento permanecendo em greve, solidários à causa docente.

Coerentemente, já na primeira assembléia que deliberou pela greve de 1987, a questão foi colocada, tendo os docentes decidido que esta se faria sem reposição de aulas. A decisão foi levada à Assembléia Geral discente, quando obtivemos ao apoio ao Movimento e à posição definida de não-reposição. Em todas as Assembléias docentes que se seguiram a firmeza de nossos propósitos em relação a este posicionamento foi reiterada.

No entanto, com o avançar do tempo de paralisação, os estudantes forma paulatinamente se preocupando com a possibilidade de cancelamento do semestre até que, de forma majoritária, passaram a deliberar em suas Assembléias pela exigência de reposição das aulas suspensas no período, claramente influenciados por setores da Universidade inconformados com as decisões das Assembléias Docentes.

Estas pressões surgiram quando o CNG deliberou pela suspensão da greve e foram concomitantes às discussões levadas também em Assembléia de funcionários, que apoiaram totalmente a não reposição como um direito de greve.

Com base no princípio de paridade, e principalmente pela forma da pressão do movimento docente, o Conselho Universitário (CUNI), em decisão histórica no âmbito daquela IES, deliberou o cancelamento do 1º semestre letivo, atendendo à reivindicação docente e portanto, legalizando-a a nível institucional.

Esta decisão, absolutamente inesperada, tomou de surpresa uma minoria de docentes que se preparava para iniciar imediatamente a reposição, desrespeitando a

deliberação da Assembléia docente; surpreendeu também o alunado, notadamente aqueles que lideravam no âmbito estudantil o movimento de pressão contra a decisão dos professores.

Neste momento, à revelia da direção da Entidade Estudantil local, sob a orientação daqueles que se sentiam derrotados pela força do MD, um grupo de estudantes solicitou em ofício ao MEC a intervenção na UFOP e a demissão de professores. Ao mesmo tempo, em ação propositadamente sincronizada, o Conselho Departamental da Escola de Minas, composto por elementos ultra-conservadores – que desde o início se posicionaram inclusive contra a greve e justiça de suas causas – impetrou junto ao CFE recurso contra a decisão do CUNI, tentando desta forma, intervir na legítima decisão do MD.

Em Assembléia Geral docente, previamente convocada para análise da decisão do CUNI, este grupo de professores compareceu e, sob a alegação da ausência de uma pretensa maioria silenciosa, tentou reverter as posições no nosso movimento. O Comando local propôs então a realização de uma nova AG para uma semana após, onde se demonstrou claramente que esta maioria não existe e tão pouco é silenciosa. Amplamente desmascarados e derrotados por maioria absoluta nesta Assembléia, não restou a este grupo senão investir nas tentativas de solução externa para os impasses.

Este procedimento começa a produzir efeitos práticos manifestados pelas pressões do MEC, que, segundo o Reitor da UFOP, não repassou as verbas necessárias para o pagamento de nossas conquistas salariais.

Com base no exposto, o MD de Ouro Preto conclama os companheiros presentes neste Congresso a aprovarem moção (o texto da moção, aprovado, consta no final deste relatório).

#### 2.4.2.2 – Deliberação

O Congresso Extraordinário **aprova** moção de apoio aos docentes da Universidade Federal de Ouro Preto.

#### 2.4.3 – UFSE

##### 2.4.3.1 – Informe

### **QUESTÃO DA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

- Total de Docentes: 551
- Docentes co DE: 26
- Questão Renascente do Enquadramento no PCS/ 85: 200 docentes com opção por DE.
- Posição reiterada em diversas AGs de docentes: urgente atendimento pleno a esta demanda por DE, sendo recusada qualquer proposta que implique em discriminação ou privilégios de uns em detrimento de outros colegas.
- 1ª proposta do MEC: 50 DE em abril e 50 DE em agosto.
- Posição das AGs: recusada a proposta do MEC, por implicar em critérios seletivos e referir-se a apenas 50% da demanda.

- Posição dos Conselhos Superiores da UFS (CONSU/ CONEP) em reunião conjunta de 03.04.87 – reitera a deliberação das AGs e estabelece prazo de 10 dias úteis para convocação de todos os professores que optaram ou que desejam optar pelo Regime de DE par que seja procedida a regularização do seu regime de trabalho, independente de qualquer processo seletivo.

Audiência em Brasília com o Secretário do Ensino Superior (Sr.Ernani Bayer) – 21.05.87 – participantes: ADUFS, ANDES e Reitor da UFS, que argumentarem com dados objetivos sobre a urgente necessidade de atendimento imediato e pleno da demanda.

- Caracterização da demanda por DE na UFS.

Atual Regime de Trabalho dos que estão optando por DE

GRAU	T. 40	T.20	TOTAL
3º GRAU	173	11	184
1º E 2º GRAUS	02	01	03
TOTAL	175	12	187

(A diferença em relação aos 200 está em processo de opção e traduz também uma pequena folga)

Termos da última solicitação do Reitor da UFS – 25.05.87

180	T. 40	Para DE
20	T. 20	Para DE

Repercussão Financeira Estimada – (base do cálculo: salário do titular)

Acresceria a Folha Mensal em aproximadamente: Cz\$ 6.000.000,00. Valor total da Folha Mensal Atual na faixa de Cz\$ 34.000.000,00.

- Última proposta do MEC – 26.05.87 – 100 DE em julho e o restante em setembro.

(Comunicado via Reitor – SESU)

- Posição da AG de 27.05.87

- Lutar junto ao MEC por uma das seguintes contra-proposta alternativas, por rigorosa ordem de prioridade.

1ª Prioridade: 200 DE em julho

2ª Prioridade: 100 DE em junho

e 100 DE em agosto

- Fixar o prazo de 8 dias para obtenção em uma resposta junto ao MEC em relação a esta deliberação da AG.

- Foi comunicada a deliberação ao Reitor que em 28.05.87 entrou em processo de negociação junto à SESU/ MEC.

#### 2.4.3.2 – Deliberação

##### 2.4.4.1 – Informes

a) Paralisação local após fim da greve nacional.

Em AG de 11.05 foi deliberado avaliar se os problemas existentes em algumas unidades das Universidades impediam o retorno às aulas. Convocou-se Assembléia conjunta com estudantes no dia seguinte (12.05) para definir os rumos do movimento.

b) Assembléia Conjunta de 12.05:

Decidiu-se paralisar por uma semana, para que as unidades levantassem as reais deficiências de cada setor da Universidade, elaborando relatórios por unidade, enumerando problemas emergenciais e de médio e longo prazos.

c) Reunião convocada pela Reitoria (18.05)

O Reitor convocou por ofício – Circular todos os docentes, individualmente, para reunião conjunta dos professores com a Administração, com a pauta de: avaliação dos problemas da UFRRJ. Durante a reunião, o Reitor estabeleceu um teto para as discussões, após o qual ele queria que a plenária deliberasse sobre o retorno às aulas, alegando que os recursos para Pessoal e OCC não seriam repassados pelo MEC se não houvesse retorno às aulas. Após intensas e acaloradas discussões, em que se enfatizou a intenção da Reitoria em atropelar o movimento, ao tentar deliberar somente no segmento docente sobre uma decisão da Assembléia conjunta, tumultuando um extenuante trabalho que seria apresentado na Assembléia conjunta do dia seguinte, conseguiu-se que o Reitor colocasse em votação o caráter deliberativo daquela reunião. A proposta da não deliberação naquela reunião foi vencedora, estabelecendo-se uma nova reunião para o dia 21 de maio, após a conclusão dos trabalhos de avaliação por unidade e deliberação da Assembléia conjunta.

d) Assembléia conjunta de 19.05

Todas as unidades apresentaram relatórios, em que se enfatizaram, não só os problemas relativos à falta de verba mas também às questões de “condições de vida “ e “Ética Docente”. Após a apresentação dos relatórios discutiu-se a proposta de retorno às aulas no dia 25.05, desde que a Reitoria assume um compromisso formal de atender as reivindicações emergenciais de imediato e encaminhasse as soluções administrativas para os demais tópicos e definiu-se também as seguintes pré-condições: a) garantia de no mínimo 17 semanas por semestre; b) garantia de previsão no calendário de 3 dias para Seminário Interno, no meio do semestre para reavaliação das providências tomadas pela administração. Foi criada uma Comissão de Consolidação para compatibilizar e sumariar os relatórios e encaminhá-los, junto com a proposta aprovada de retorno às aulas com o compromisso da reitoria. O documento foi entregue no dia 21.05, antes da reunião convocada pelo Reitor.

e) Reunião com o Reitor (21.05)

Na reunião com os documentos em 21.05, o Reitor se comprometeu a encaminhar as reivindicações e tomar as providências necessárias para resolver os problemas emergenciais, como também acatou as demais pré-condições da proposta.

f) Situação Atual

As aulas foram reiniciadas em 25.05, já tendo sido definido o novo calendário que contemplou todas as pré- condições da proposta da Assembléia conjunta.

Toda a comunidade universitária está aberta às providências que estão sendo tomadas, para definir os rumos do movimento no seminário interno de avaliação, que se realizará em 28 e 29.07 e 06.08.

Toda a comunidade universitária está envolvida num esforço conjunto de reestruturação local da Universidade. Dentre as propostas encaminhadas nos relatórios, destaca-se a criação de uma Comissão Paritária da Comunidade Universitária para alocação das verbas da Universidade, ainda para este exercício.

#### 2.4.5 – Deliberações

O Congresso Extraordinário **delibera:**

a) Que todas as Ads enviem telex, telegrama ou aerograma(textos anexos) ao Presidente da Republica, ao Ministro da Educação, ao Secretário da SESU, ao CRUB, aos Reitores das referidas IES;

b) Que os delegados na Reunião setorial das federais busquem apoio parlamentar para a luta dos docentes destas IES;

c) Que se envie texto de telex, telegrama ou aerograma ao Presidente da República, Ministro da Educação, ao Secretário da SESU, ao CRUB, ao Reitor da FUFPI ou ao Reitor da UFS, em apoio aos professores da Fundação Universidade Federal do Piauí.

Exmo. Sr.  
Natan Portella Nunes  
Magnífico Reitor da FUFPI  
Campus da ININGA  
Teresina – Piauí

Exmo. Sr.  
Eduardo Antônio Garcia  
Magnífico Reitor da UFS  
Campus Universitário  
Bairro Rosa Elze  
49.100 – São Cristóvão – SE

Solidários luta docentes da FUFPI pelo reenquadramento e concessão de DE, ao docentes da Universidade.....(ou a AD) vem exigir pleno atendimento justas reivindicações conquistadas pelo Movimento Docente já garantidos nas universidades fundacionais Saudações.

d) Que se envie texto de telex, telegrama ou aerograma em apoio aos docentes da UFOP;

Exmo. Sr.  
Prof. Fernando Antonio Borges Campos  
Magnífico Reitor da UFOP  
Universidade Federal de Ouro Preto

Os docentes da ....., manifestam seu integral apoio às legítimas decisões do MD e do Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto e repudiam qualquer forma de pressão sobre os docentes ou tentativas de interferências na autonomia daquela IES.  
Saudações.

PARA ADS E DIRETORES - TELEX Nº 1 – DIRETORIA DA ANDES-SN

A – REUNIÃO CRUB – FASUBRA – ANDES – COMISSÃO PCS  
DA 21/05/87 – BRASÍLIA

PRESENTES: PELO CRUB: RODOLFO (PRES.), TODOROV (UNB), NATAL (ASS. JURÍDICO). WALDOMIRO (ASS. UB) PLÁCIDO (ASS. CRUB)

FASUBRA: OSORIO, LILIAN E ROBERTO.

ANDES: POMPEU (DIRETORIA), MARISA (1º E 2º GRAUS – UB)

RELATO – SÍNTESE (POMPEU E MARISA)

1) FOI REDISCUTIDO E APROVADO O DOCUMENTO “PROPOSTA DA COMISSÃO CRUB/ ANDES/ FASUBRA PARA A ELABORAÇÃO DO DECRETO REGULAMENTANDO A LEI Nº 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987, O QUAL DEVERÁ FIXAR EXCLUSIVAMENTE AS DIRETRIZES BÁSICAS PARA A CONFECÇÃO DO PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS” (SERÁ ENVIADO VIA SEDEX.).

2) QUESTÃO DE 1º E 2º GRAUS:

O PRESIDENTE DO CRUB APRESENTOU A POSIÇÃO DESTE CONSELHO SOBRE A PROPOSTA DA CARREIRA ÚNICA ENCAMINHADA PELA ANDES: “EM REUNIÃO REALIZADA NO DIA 21/05/87, COM DUAS ABSTENÇÕES, O CRUB É DE POSIÇÃO QUE DEVEM PERMANECER AS DUAS CARREIRAS: MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE 1º E 2º GRAUS, DISTINTAS”.

QUESTIONADO SOBRE AS RAZÕES DE TAL POSIÇÃO, O CRUB FICOU DE ENCAMINHAR À ANDES, ATÉ A PRÓXIMA SEMANA, UM RELATO OFICIAL DE SUA POSIÇÃO, ESCLARECENDO AS RAZÕES QUE LEVARAM O CONSELHO A TOMAR TAL DECISÃO.

DEVIDO À DISCORDÂNCIA DO CRUB, EM RELAÇÃO À NOSSA PROPOSTA, A PARTE REFERENTE AOS DOCENTES DE 1º E 2º GRAUS FOI ENCAMINHADA AO SECRETARIO GERAL DO MEC, COM “ANEXO 3” DO DOCUMENTO (ITEM 1 DESTE RELATO-SÍNTESE), ASSINADO PELA ANDES E FASUBRA.

ENCAMINHAMENTO:

1) FICOU ACERTADO QUE A COMISSÃO CRUB/ ANDES/ FASUBRA LEVARÁ A PROPOSTA AO SECRETÁRIO GERAL DO MEC HOJE 21/05/87, ONDE FARÁ A EXPOSIÇÃO, REAFIRMANDO CONJUNTAMENTE A NECESSIDADE E IMPORTÂNCIA DA SUA PARTICIPAÇÃO EFETIVA EM TODO O PROCESSO DE FORMULAÇÃO DO PCS.

2) FICOU ACERTADO QUE O CRUB/ ANDES/ FASUBRA VOLTARÃO A SE REUNIR NA 1ª SEMANA DE JUNHO, QUANDO O CRUB IRÁ APRESENTAR SUA POSIÇÃO SOBRE OS PCS DA ANDES E DA FASUBRA E SERÁ AVALIADA A CONVENIÊNCIA DE ENCAMINHAMENTOS UMA PROPOSTA CONJUNTA PARA O PLANO ÚNICO, TIRADA DA JUSTA/ POSIÇÃO DOS PLANOS DA ANDES E FASUBRA.

ESTA PROPOSTA DEVERÁ SER AVALIADA PELO MOVIMENTO DOCENTE, DURANTE A REUNIÃO DAS FEDERAIS NO RJ.

#### AVALIAÇÃO E ENCAMINHAMENTO FINAL

CONSIDERANDO QUE OS REITORES NÃO APOIAM A PROPOSTA DE CARREIRA ÚNICA E QUE AS RAZÕES DE TAL POSICIONAMENTO AINDA NÃO ESTÃO CLARAS,

CONSIDERANDO AINDA, QUE ESTA LUTA TORNA-SE CADA DIA MAIS DIFÍCIL, SUGERIMOS:

1- QUE AS ADS COBREM DOS REITORES DE SUAS UNIVERSIDADES AS RAZÕES QUE LEVARAM O CRUB A MANTER TAL POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO À CARREIRA ÚNICA.

2 – QUE AS ADS LEVEM POSIÇÕES E PROPOSTAS SOBRE A QUESTÃO DE 1º E 2º GRAUS PARA A REUNIÃO QUE O SETOR DEVERÁ FAZER NO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO NO RIO DE JANEIRO.

B – REUNIÃO COM SECRETÁRIO GERAL: 21/05/87 – 17H.

ASSUNTO: ENTREGA DO DOCUMENTO CRUB-FASUBRA-ANDES.

INFORMAMOS AO SEC. GERAL, DURANTE A ENTREGA DO DOCUMENTO, QUE O MESMO FOI PRODUZIDO AO LONGO DE DIVERSAS REUNIÕES E QUE CONTEMPLA POSIÇÕES CONSEGUIDAS DAS TRÊS ENTIDADES, EXCETO NO QU SE REFERE À QUESTÃO DE 1º E 2º GRAUS.

PERGUNTADO SOBRE ENCAMINHAMENTO A FAZER, O SEC. GERAL INFORMOU SEGUINTE:

1) ENCAMINHARÁ ESSE DOCUMENTO ÀS SUBCOMISSÕES, COM CONTRIBUIÇÃO.

2) SOLICITOU QUE AS SUBCOMISSÕES ENTREGUEM SEUS TRABALHOS À COMISSÃO INTERMINISTERIAL, UMA SEMANA ANTES DO PRAZO FINAL.

3) GARANTIR QUE ANTES DO ENCAMINHAMENTO FINAL DO DOCUMENTO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CHAMARÁ AS ENTIDADES PARA DISCUTIREM SEU CONTEÚDO.

INFORMOU AINDA, QUE ATÉ A PRIMEIRA SEMANA DE JUNHO ESPERA JÁ TER DEFINIDA A COMISSÃO DE VERBAS COM A PARTICIPAÇÃO DA ANDES, FASUBRA, UNE E CRUB.

BRASÍLIA, 21 DE MAIO DE 1987

**DECRETO Nº 94.313, DE 6 DE MAIO DE 1987.**

[Revogado pelo Decreto de 10.5.1991](#)

Dispõe sobre a contratação de pessoal para prestação de serviços técnicos especializados, de natureza permanente e temporária, nos órgãos da Administração Federal direta e nas autarquias federais, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, inciso III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 96 e 97 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo artigo 7º, item I, do Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969,

**DECRETA:**

Art. 1º A contratação de pessoal para prestação de serviços técnicos especializados, nos órgãos da Administração Federal Direta e nas autarquias federais, obedecerá às disposições contidas neste decreto.

Art. 2º Para os fins deste decreto, caracterizam-se como serviços técnicos especializados aqueles executados por profissionais, de nível médio ou superior, denominados especialistas, que possuam formação especializada, experiência e, quando for o caso, habilitação legal, exigidas para o desempenho de atividades peculiares cometidas aos órgãos da Administração Federal Direta e às autarquias federais, que não tenham, nos respectivos quadros e tabelas de pessoal regularmente organizados, cargos ou empregos efetivos necessários, bem como utilizem a execução indireta, mediante contrato, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º A contratação de especialistas será feita sob o regime da legislação trabalhista, com a aplicação das normas administrativas correlatas.

1º O contrato de trabalho poderá ser celebrado por prazo certo ou indeterminado.

2º O término de projeto implicará automática rescisão do contrato de trabalho pertinente, valendo, para esse efeito, a presente disposição como cláusula contratual, ainda que não conste de forma expressa do respectivo texto.

Art. 4º Os órgãos da Administração Federal Direta e as autarquias federais, que necessitarem contratar especialistas, encaminharão suas propostas à consideração do Presidente da República, após a audiência da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República - Sedap, as quais devem conter, os seguintes dados:

I - justificativa para contratação;

II - especialidades abrangidas, devidamente caracterizadas;

III - número de especialistas a serem contratados;

IV - definição, quantitativa e qualitativa, das funções de direção e de chefia, de assessoramento e de assistência;

V - remuneração, especificando faixas ou níveis de salários, gratificações, adicionais, auxílios, indenizações e quaisquer vantagens pecuniárias;

VI - processo seletivo de admissão;

VII - critérios de contratação;

VIII - normas de promoção e de ascensão.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às propostas de alteração das atuais tabelas de especialistas.

Art. 5º Não haverá, para qualquer efeito, vinculação ou equiparação entre as faixas ou níveis salariais das tabelas instituídas nos termos deste decreto.

Art. 6º Os órgãos da Administração Federal Direta e as autarquias federais, que possuam tabelas de especialistas, deverão adaptá-las às normas deste decreto.

Parágrafo único. A adaptação de que trata este artigo verificar-se-á no prazo de noventa dias, contado da data de vigência deste decreto.

Art. 7º Aplicar-se-á o disposto no Decreto-lei nº 2.280, de 16 de dezembro de 1985, aos atuais servidores não considerados especialistas, de nível médio ou superior, os quais pertencessem, na mesma data, às tabelas de que trata o artigo 6º deste decreto.

Art. 8º A Secretaria de Administração Pública da Presidência da República baixará as instruções que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto nº 86.549, de 6 de novembro de 1981, e demais disposições em contrário.

Brasília, 6 de maio de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSÉ SARNEY  
*Aluizio Alves*

**Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 7.5.1986**

## **A GREVE DOS DOCENTES DAS IES FEDERAIS EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA – (25.03 – 06.05.87)**

### **- Avaliação:**

#### **1 – A política do Governo para a Universidade**

A política econômica dos sucessivos governos, nas últimas décadas tem tido, como características marcantes, o privilegiamento do grande capital nacional e estrangeiro, em detrimento dos interesses da maioria trabalhadora, e da absorção de tecnologia internacional, em detrimento do desenvolvimento científico e tecnológico independente. É dentro desse quadro geral que deve ser entendida a progressiva desobrigação do Estado em relação à manutenção dos serviços públicos essenciais, com seguidos cortes orçamentários nesse setor, ao mesmo tempo em que se busca criar mecanismos visando tornar aqueles serviços atividades-lucro para o capital privado.

Visto dessa ótica, o caso particular da educação não foge à regra. A Universidade Pública Brasileira tem sido, ao longo desse período, lenta e progressivamente destruída. Isto tem se dado através de vários mecanismos: a constante diminuição das verbas públicas a ela destinadas; a falta de garantia de condições objetivas de trabalho que possibilitem atividades de pesquisa, ensino e extensão de bom nível; a inexistência de uma carreira única que estimule o aperfeiçoamento científico e profissional; mais recentemente, a impossibilidade legal de ampliação de seus quadros de docentes e servidores e, finalmente, a diminuição de salários, em termos reais, o que implica em crescente evasão de quadros qualificados arduamente formados.

Esta política, praticada pro sucessivos governos, incluída aí a Nova República condenou a Universidade Pública Brasileira e a situação de seus servidores ao atual estado de penúria a desestímulo, apontando para seu desmantelamento definitivo. Ao mesmo tempo, foram utilizadas verbas públicas para a expansão indiscriminada das instituições privadas de ensino. Longe de ser um engano dos governantes, essa é uma política deliberada, decorrente de uma concepção global, segundo a qual o Estado deve aos poucos se desobrigar de todas as atividades consideradas não essenciais, inclusive o ensino superior, cedendo espaço ao capital privado e reduzindo os gastos públicos. Essa concepção encontrou uma expressão avançada no projeto GERES que, amplamente denunciado e rejeitado pela comunidade universitária, continua presente nos planos do governo para o ensino superior.

#### **2 – Os Momentos Fundamentais do Movimento**

Diante desse quadro e da negativa sistemática do MEC em responder à nossa pauta de reivindicações, encaminhada há mais de seis meses pela ANDES – por mais verbas, melhores condições de trabalho e melhores salários, em defesa da

Universidade Pública Brasileira – não restou aos docentes outra alternativa de ação que não a deflagração da greve nacional das IES Federais.

Para que melhor se situem e avaliem os avanços alcançado pela greve é necessário um breve histórico de nosso movimento, analisando, inclusive, as táticas utilizadas por este e pelo governo. Inicialmente, preciso frisar que os docentes souberam responder, de forma unitária todas as tentativas que procuraram dividi-lo em relação à pauta de reivindicações. Isto ficou claro quando o MEC tentou encaminhar a solução do problema da isonomia salarial sem levar em conta os outros itens da nossa pauta. A esta tentativa, depois de esgotadas todas as outras formas de pressão, respondemos com a greve, que a um só tempo reafirmou a pauta unitária e acelerou a aprovação do anteprojeto do de lei da Isonomia no Congresso Nacional.

Foi a adesão maciça, decidida e unitária dos docentes à greve nacional que fez o MEC recuar, num primeiro momento, da posição de absoluto imobilismo e intransigência apresentada pelo Ministro Bornhausen em sua primeira audiência. Este recuo foi caracterizado pela apresentação, através do Secretário Ernani Bayer, de uma contra-proposta às nossas reivindicações. Embora tal contra-proposta, por ser imprecisa e insuficiente, fosse considerada inaceitável, nos dispusemos ao diálogo, tendo como resposta o fechamento das negociações por parte do Ministro.

Alegou o ministro ter sido esta fase de “conversações”, o que mostra sua tática de utilizar a pretensa abertura de negociações e seu fechamento como balões de ensaio. Como resultado direto da força e unanimidade da greve, o MD conseguiu isolar politicamente o MEC, no momento preciso em que este encerrava as negociações, recuava da contra-proposta, não atendia nenhuma reivindicação e se preparava para iniciar um processo de punição aos grevistas. Ao invés de recuarmos, reiteramos a unidade do movimento e ampliarmos nossa mobilização.

Reafirmamos a pauta de reivindicações e a greve como forma de luta, Conquistamos o apoio explícito de parlamentares federais, que pressionaram o Ministro a retomar as negociações; do CRUB, que, além de apoiar as reivindicações, negou-se oficialmente a encaminhar qualquer forma de punição; da FASUBRA, que iniciou o processo de deflagração da greve dos funcionários: das entidades estudantis, neutralizando os grupos de estudantes dispostos a responsabilizar os professores pela perda de aulas. Como conseqüência, o Ministro viu-se isolado da opinião pública.

Estes dois movimentos articulados, ou seja, a greve e os resultados em termos de alianças e apoios externos ao movimento, forçaram o ministro a recuar de uma posição de intransigência, reabrir as negociações a apresentar a atual proposta. É preciso ter claro que, se sentisse algum apoio da opinião pública, ou mesmo, mais restritamente, ao nível dos parlamentares ou do CRUB, a ação do Ministro teria sido outra. Estaríamos hoje, provavelmente, sofrendo os resultados da decretação da ilegalidade da greve, conseqüência lógica do reconhecimento, a pedido do próprio Ministro, do estado de greve.

### 3 – A Proposta do Governo

A contra-proposta apresentada contém claramente alguns avanços, arrancado do governo pelo Movimento Docente. No que se refere à tabela, foram recuperados parcialmente salários de docentes e funcionários, muito embora tal recomposição, embora significativa, seja insuficiente e facilmente deteriorável, como qualquer tabela salarial, diante da aceleração inflacionária e da política econômica do governo. Mais importantemente, obtivemos a implantação da isonomia, eliminando definitivamente a injusta situação de remunerações diferentes pelo mesmo trabalho; o estímulo à progressão na carreira, através do estabelecimento de diferenciais salariais maiores entre classes e níveis; a valorização da dedicação do professor à universidade, na medida em que se amplia significativamente o percentual de dedicação exclusiva, embora, a este respeito, seja essencial salientar que não está garantido o acesso, a esse regime, dos docentes que assim o desejarem; o incentivo à capacitação docente, através dos adicionais por mestrado e doutorado, embora a eficácia desse dispositivo seja limitada pela recusa do governo em autorizar as contratações necessárias à liberação dos docentes que buscam a titulação. Finalmente, forçamos o MEC a reconhecer a necessidade de que o montante de verbas de OCC seja fixado através de uma porcentagem da massa salarial. Este fato fará com que as verbas sofram acréscimos toda vez que o mesmo acontecer aos salários, como ocorreu agora, embora de forma parcial e insatisfatória.

Pro outro lado, são claros os limites e a insuficiência da proposta governamental: o MEC recusa a participação efetiva dos docentes, via ANDES, na comissão responsável pela elaboração do PCS; a portaria que garante que a ANDES será “ouvida” pela subcomissão do PCS está longe de resolver o problema ainda mais se levarmos em conta que a filosofia do projeto GERES estará presente, por parte do MEC, na elaboração do novo Plano, o que implicará em sérios riscos à autonomia que deve caracterizar o exercício da função docente; o percentual de OCC fixado situa-se em níveis muito inferiores aos reivindicados, embora o valor real das verbas tenha crescido, enquanto de forma muito inferior ao postulado, em função do aumento da referida massa salarial; mantém-se permanentemente aberta a porta ao clientelismo, ao eleitoralismo na medida em que não se estabelecem critérios públicos adequados para a alocação de verbas para as IES, incluindo um percentual fixo mínimo por IES, o que abre espaço à política de incentivo aos “centros de excelência”, com a conseqüente possibilidade de estrangulamento financeiro de várias IES; não temos qualquer garantia quanto à concessão da aposentadoria integral, dependendo de “interpretações” da lei de isonomia e de “intenções” do governo; o MEC continua irredutível no que respeita às contratações, ao mesmo tempo em que exige abertura de novas vagas em cursos noturnos, aumento da relação professor, aumento da relação professor X aluno, etc...; finalmente, o MEC mantém-se intransigente quanto ao atendimento da reivindicação de enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus das IES Federais na carreira do Magistério Superior, embora se tenha obtido recuperação salarial parcial e a extensão dos incentivos à titulação e de DE a esses docentes.

#### 4 – O Movimento suspende a greve e continua a Luta

Essa proposta governamental foi apresentada pelo MEC como posição oficial, encerrando as negociações, quando apenas fora iniciada a fase preliminar, de conversações. Essa nova postura de endurecimento por parte do MEC encontrou uma situação distinta da existente quando o Ministro cancelou a contra-proposta apresentada pela SESU.

De um lado, pela primeira vez desde o início da greve, não houve uma posição unânime pro parte das Ags. Isto refletia o fato de que, dessa vez, o Ministério cedia parcialmente a uma parte de nossa pauta de reivindicações. A avaliação desse fato, associado à progressiva agudização da crise econômica e política, levou a que um considerável número de AGs – aproximadamente o mesmo das que propunham a continuidade – indicassem a suspensão da greve.

Por outro lado, havia, ademais, clara indicação de que setores que até agora nos apoiaram não continuariam a fazê-lo. O CRUB demonstrou se o primeiro interessado em restaurar a normalidade nos CAMPI. A FASUBRA deliberou pelo fim da greve dos funcionários. Do ponto de vista dos parlamentares, já havíamos obtido uma vitória política sobre o MEC, além do que nada nos assegurava a manutenção de seu apoio, em função de problemas menos visíveis para quem não vive a universidade no seu dia-a-dia.

Em função de todas essas considerações os docentes chegaram majoritariamente à conclusão de que a greve atingira, naquele momento, o seu apogeu, o seu máximo de força. A luta pela universidade pública e gratuita de modo algum poderia se esgotar com a atual greve, uma vez que permanecem no MEC e no MEC e no governo uma concepção e uma política voltadas contra ela, a favor de privatização da produção do saber no País. Por isso, julgaram os docentes ser indispensável suspender a greve, substituindo-a outras formas de luta e pressão, no momento em que se havia acumulado o máximo de força. Perder esse momento significaria enfrentar o enrigecimento do governo sem unanimidade interna e sem possibilidades de manter, com a mesma amplitude e firmeza, o apoio de diversos setores, conquistado pelos docentes; significaria, portanto, começar a perder parte da força acumulada.

Com essa avaliação do momento de nossa luta, a larga maioria das AGs optou por suspender a greve, mantendo o estado de alerta e mobilização, no sentido de evitar retrocessos e conquistar os pontos pendentes de nossa pauta. Com isso, o movimento preserva o grande saldo político conquistado, sua unidade interna, as conquistas parciais em sua pauta de reivindicações e, ao mesmo tempo, lança sua força e capacidade de pressão e barganha na negociação do PCS, na definição dos critérios para dotação e alocação de verbas, na luta pela adoção da tabela salarial da ANDES como tabela definitiva, na luta pela aposentadoria integral e por contratações para as IES Federais.

Ao mesmo tempo, todos os docentes expressam seu mais veemente protesto contra a obstinação do MEC em perseguir uma política de educação superior autoritária, clientelística e privatizante, e contra a falta de respostas sérias e adequadas a nossa pauta integrada de reivindicações.

A reunião nacional do setor federal (RJ), em 28 e 29 de maio, avaliará o movimento e os passos a seguir. Então, como agora, a disposição dos docentes será a mesma: lutar, até a vitória definitiva, pela preservação e desenvolvimento da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e competente.

## **PROPOSTA MINORITÁRIA NO CNG DAS FEDERAIS**

Avaliação:

A primeira greve nacional das IES Federais mais uma vez vem demonstrar a insensibilidade do governo da Nova República frente a grave crise vivida pela Universidade brasileira, o que revela uma continuidade da política educacional da ditadura militar. O descaso do governo em relação a questão educacional é um reflexo de uma política mais global de atendimento dos interesses do empresariado em detrimento das justas reivindicações da classe trabalhadora.

Segundo a prática política da Nova República, o governo vem desenvolvendo uma política deliberada de destruição da Universidade pública e gratuita. O achatamento salarial, a escassez de verbas, uma infra-estrutura inadequada, a proibição da ampliação do quadro docente e a conseqüente impossibilidade de qualificação dos docentes foram as razões que levaram o MD a iniciar o movimento grevista.

A constituição de uma pauta nacional de reivindicação indivisível foi um avanço em relação às greves anteriores, pois o MD não se propunha a discutir separadamente os itens da pauta, na medida em que, por exemplo de nada adiantaria um novo plano de cargos e salários sem o conseqüente aumento das verbas.

Quando o Secretário da SESU apresentou uma proposta oficiosa do governo, posteriormente retirada, o MD cometeu um grave equívoco ao abandonar a pauta nacional e apresentar uma contra-proposta ao MEC, pois desconsiderou os princípios que nortearam a confecção da pauta nacional ou seja, a defesa da Universidade pública e gratuita frente a um política deliberada de sua destruição por parte do governo. Aceitar a não discussão dos demais itens da pauta significou a incapacidade de administrar uma pauta com questões de natureza diversificada, permitindo ao MEC a manobra de isolar a greve em torno de algumas questões, esvaziando o conteúdo da pauta. No momento em que o MEC só aceitou conceder a isonomia e verbas insuficientes para o funcionamento da Universidade, conseqüentemente, não atendeu nenhum outro item das nossas reivindicações, o MD perdeu o seu eixo de luta com relação a integridade da pauta.

A posição do governo, via MEC, fechou qualquer possibilidade de negociação, o que ao invés de intimidar o MD, fez com que este se tornasse mais coeso buscando articulações com parlamentares numa tentativa de reabrir as negociações. Este momento mostrou a capacidade de luta do MD que estava cada vez mais forte e unido em torno da defesa da Universidade pública e gratuita.

A apresentação pelo MEC de uma proposta, o que não chegou a se constituir numa reabertura das negociações, conduziu o MD a aceitar uma tabela salarial que ficou bem aquém da proposta da ANDES e da contra-proposta do CNG que defendiam uma reposição das nossas perdas salariais. O incentivo a pós-graduação é inócuo se não for combinado com a criação de condições efetivas para a capacitação docente. Com relação as verbas de OCC, o MEC continuou apresentando apenas os 12,4%, já considerados pelo MD como percentual muito abaixo do mínimo indispensável para o funcionamento e manutenção das IES de forma satisfatória. Ademais o não estabelecimento pelo MEC de critério com a alocação dessas verbas em cada IES mantém aberta a possibilidade do clientelismo atual.

Quanto à elaboração do PCS, em que a participação através da portaria impediu a interferência que o MD necessariamente teria de exercer neste processo, e a aposentadoria integral outro item da pauta nacional que também deixou de ser contemplado na sua real dimensão passando a se constituir para o governo apenas como uma promessa de estudos futuros. O MEC se manteve intransigente com relação a revogação da proibição da contratação de pessoal para as IES e, ainda mais, prometeu ampliar a carga horária dos docentes através da criação de novos cursos, como se a situação atual da Universidade fosse de ociosidade e excesso de professores e não de estrangulamento.

A simples aceitação da proposta do MEC pelo MD, sem sequer apresentar uma contra-proposta, demonstra que a greve não conseguiu superar o problema de, conseguindo ganhos salariais, continuar na luta por mais verbas, pois mais da metade das Ads indicou a saída do movimento mesmo antes do comprometimento do MEC com relação aos 12,4% de OCC, abandonando-se temporariamente a luta em defesa do ensino superior público e gratuito sem uma análise de conjuntura capaz de indicar claramente a correlação forças, faz com que se possa pensar em uma falta de convicção na formulação da pauta nacional, o que leva a contribuir para o fortalecimento daqueles que tem buscado a deteriorização do ensino público e gratuito. As Acs deveriam ter aprofundado o debate com vista a uma posição mais clara em resposta às propostas de verbas surgidas durante a negociação.

Este quadro, assim configurado, é fruto da ação desmobilizadora empreendida pelo governo, refletindo-se em algumas posições assumida pelo governo, refletindo-se em algumas posições assumidas pelo CNG, tais como:

a) a falta de aprofundamento, no momento crítico do movimento, de análises de conjuntura, indispensáveis para o encaminhamento da greve;

- b) o estímulo a não realização da caravana à Brasília impossibilitou a criação de um fato político da maior importância para a continuidade da greve;
- c) a falta de ampliação de uma articulação do MD com os demais segmentos da sociedade civil;
- d) o fato de alguns delegados nem sempre terem referendado a decisão das Ags nos encaminhamentos do CNG, deixou de transmitir com objetividade a posição do MD o que pode ter contribuído para alguns posicionamentos equivocados;
- e) a questão da reposição das aulas ao invés de se transformar em uma arma de pressão do MD passou a adquirir um significado de punição ao movimento, como se a greve fosse uma atividade de férias. A ausência de uma discussão mais ampla no início do movimento impediu a politização desta questão, transformando-a em um problema predominante aritmético. Foi também prematura a deliberação do CNG sobre a matéria, sem uma discussão exaustiva nas bases sobre o sentido político da reposição das aulas, o que levou a um encaminhamento desprovido de conteúdo político. O CNG além de não solicitar das Ads uma posição sobre a reposição no tempo devido, não fez uma reflexão sobre os encaminhamentos das programações das IES que decidiram pela não reposição.

Apesar da isonomia apenas salarial e do aumento da remuneração relativa a DE, embora continue a luta em algumas IES para a conquista efetiva da aplicação da DE e do aumento das verbas de OCC, possam vir a se considerados um avanço na luta que o MD vem empreendendo em defesa do Ensino Público e Gratuito, não se justifica a suspensão do movimento grevista sem obtenção de ganhos reais que signifiquem uma mudança qualitativa no funcionamento da Universidade brasileira.

Esta greve não se constituiu em um movimento suficientemente forte para impedir as investidas do MEC em mobilizar a implantação de proposta de privatização do Ensino Superior, com as defendidas pelo projeto GERES. A Universidade brasileira continua sem as condições mínimas necessárias para o desempenho de suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão.

Por isto, conclamamos os colegas a se manterem mobilizados, em estado de alerta, para garantir na confecção do PCS inclusão das nossas reivindicações, bem como ganhar força para garantir mais verbas em defesa do ensino público e gratuito.

## **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE REDAÇÃO DO PONTO 4 DO DOCUMENTO DO CNG**

### **Avaliação:**

Na transição do regime militar para o civil, celebrou-se um conjunto de compromissos de reformas estruturais que não foram cumpridos dadas as características das alianças que sustentam o pacto político do atual grupo no governo. Mudar estruturalmente significava assumir uma direção clara visando implementação de propostas concretas como a expansão e a garantia do Ensino Público e Gratuito, a Reforma Agrária, a Moratória da dívida externa, etc...

O que ocorre é que o processo atual de aparente pulverização do poder executivo nacional produz uma sensação de desgoverno e vácuo político, tal como experimentado na dificuldade de negociação de nossa greve, com relação às várias e vagas definições do interlocutor oficial. Essa aparência, entretanto, não corresponde, em absoluto à redução ou fragmentação da outra ordem social e política conduzida pelo regime autoritário, mas encobre novas formas de defesa de interesses particulares, privatistas, concentradoras e monopolistas.

Diante disso, a forma assumida pela crise institucional no governo, tem determinado uma redefinição dos encaminhamentos do movimento popular no que diz respeito à conquista de seus direitos, reforçando a greve como instrumento de luta, mas sobretudo a construção organizadora das formas de pressão e momento táticos.

É nesse contexto, e analisando amadurecidamente a sua dinâmica e a correlação de forças, que o movimento hoje suspende a greve e mantém o estado de alerta e mobilização.

A proposta governamental foi apresentada pelo MEC como posição oficial, encerrando as negociações, quando apenas fora iniciada a fase preliminar, de conversações. Essa nova postura de endurecimento por parte do MEC encontrou uma situação distinta da existente quando o Ministro cancelou a contra-proposta apresentada pela SESU.

Pela primeira vez desde o início da greve, não houve uma posição unânime por parte das AGs. Isto refletia o fato de que, dessa vez, o Ministro cedia parcialmente a uma parte de nossa pauta de reivindicações.

Por outro lado, havia ademais, clara indicação de que setores que até agora nos apoiaram não continuariam a fazê-lo. O CRUB demonstrou se o primeiro interessado em restaurar a normalidade nos CAMPI. A FASUBRA deliberou pelo fim da greve dos funcionários. Do ponto de vista dos parlamentares, já havíamos

obtido uma vitória política sobre o MEC, além do que nada nos assegurava a manutenção de seu apoio, em função de problemas menos visíveis para quem não vive a universidade no seu dia-a-dia.

Em função de todas essas considerações os docentes chegaram majoritariamente à conclusão de que a greve atingira, naquele momento, o seu apogeu, o seu máximo de força. A luta pela universidade pública e gratuita de modo algum poderia se esgotar com a atual greve uma vez que permanecem no MEC e no governo uma concepção e uma política voltadas contra ela, a favor da privatização da produção do saber no país. Por isso, julgaram os docentes ser indispensável suspender a greve, substituindo-a por outras formas de lutas e pressão, no momento em que se havia acumulado o máximo de força. Perder esse momento significaria enfrentar o enrijecimento do governo sem unanimidade interna e sem possibilidades de manter, com a mesma amplitude e firmeza, o apoio de diversos setores conquistados pelos docentes: significaria, portanto, começar a perder parte da força acumulada.

Mas, mesmo apontando-se que a saída de greve naquele momento era a posição mais correta para o movimento foi preciso construir uma reflexão sobre o processo objetivando o fortalecimento do MD. Assim, vale destacar alguns aspectos dessa experiência recente que somaram no avanço da eficácia e qualidade da coordenação nacional da luta na forma autônoma e independente que elegemos.

A avaliação política ensinou que os encaminhamentos indicados pelo CNG em vários casos, desconsiderou as características dos processos locais trazendo, ao invés de saldos organizativos, dificuldades à direção política dos CLGS, que ainda entendiam a necessidade de manutenção da greve. Destaque-se também os problemas trazidos com a suspensão precipitada da greve sem que as Ags tivessem condição de preparar, a partir das informações e dados considerados novos (posição do CRUB e da FASUBRA), uma avaliação política que contemplasse, na organização nacional da saída de greve, a autonomia e as diferenças de mobilização e compreensão política de cada AD.

É inegável, ainda, que a introdução nos debates políticos da questão da não reposição de aulas, determinou viveis diferentes de mobilização e uma diferenciação dessa compreensão em relação ao encaminhamento da greve.

A forma de saída de greve isolou e minimizou a posição tirada por 14 Ads no início da luta. Além do que, subestimou os reflexos desse encaminhamento na politização dos estudantes em cada IES, na medida em que, indiretamente criaram-se as condições par ao eventual reforço da fração mais atrasada da massa estudantil. À exemplo do que ocorreu em Ouro Preto, na UFF e em outras IES.

E foi com essa avaliação do movimento de nossa luta, que a larga maioria das Ags optou por suspender a greve mantendo o estado de alerta e mobilização, no sentido de evitar retrocessos e conquistar os pontos pendentes de nossa pauta.

Com isso o movimento preserva o grande saldo político conquistado, reflete, faz auto-crítica e constrói sua democracia interna na prática, assumindo a riqueza de suas contradições como forma de fincar e fortalecer sua unidade na luta.

Nessa linha, anuncia as conquistas parciais em sua pauta de reivindicações e, ao mesmo tempo, lança sua força e capacidade de pressão e barganha na negociação do PCS, na luta pela adoção da tabela salarial da ANDES como tabela definitiva, na luta pela aposentadoria integral e por contratações para as IES Federais.

Ao mesmo tempo, todos os docentes expressam seu mais veemente protesto contra a obstinação do MEC em perseguir uma política de educação superior autoritária, clientelística e privatizante, e contra a falta de respostas sérias e adequadas a nossa pauta integrada de reivindicações.

### **3 – PARTICULARES**

Ads presentes: ADUNIMEP, APROPUC-SP, APROFOC, APROPUC-C, ADUSU, ADPUC-RJ

Pauta: 3.1 – A crise do Ensino Particular e a Situação dos Docentes;

3.2 – Política de Verbas de transição (ver TEMA III)

3.3 – Constituinte – Plataforma Educacional (ver TEMA II)

### **PRELIMINARES:**

A discussão referente à Campanha Salarial de 1987 e particularmente à greve dos Professores do Rio de Janeiro, processou-se durante a reunião setorial anterior (quinta, 28.05) do XV CONAD. Foram reafirmadas as recomendações do “Encontro de Ads do Setor Particulares da ANDES” no ponto Balanço das Campanhas Rio/ São Paulo:

a) Maior veiculação das informações sobre as Campanhas nos Estados e seus resultados, através de Boletim Especial da ANDES.]

b) Às coordenações de Campanha formadas por SINPRO's e Ad's, recomenda-se maior empenho nas ações de denúncia e cobrança de fiscalização do

poder público sobre as Mantenedoras do ensino privado. Cobrar obrigação dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação, a exemplo do ocorrido no Rio.

c) Aprofundar a discussão no movimento em Campanha, das questões referentes à Qualidade do Ensino E Condições de Trabalho, especialmente em relação a:

1 – Carreira Docente com tempo de dedicação;

2 – Democratização da gestão das IES – Privadas;

3 – Legislação (geral e ordinária) que assegure condições mínimas de ensino-aprendizagem;

4 – Política de Verbas Públicas compatível com as decisões do movimento nacional.

d) É consensual a crítica às propostas de paridade entre reajustes de mensalidade e de salários. As mantenedoras aproveitam-se da confusão criada pelo período do Cruzado seguindo de inflação desenfreada, para fabricar sistemas de cálculo que visam, na verdade, acelerar e ampliar as taxas de acumulação de lucro. Salário deve se negociado independente de referências às mensalidades.

e) Ativar os meios de defesa das conquistas e das lideranças do professorado. Ainda que hoje de forma sutil, a repressão é grande nas IES Particulares. Enfatizou-se a respeito disso:

1 – Comitês em Defesa da Liberdade de Expressão e de Organização dos Professores devem ser criados e /ou reativados nos Estados onde a Campanha avança, pois já existem demissões e ameaças generalizadas.

2 – A Lei de Estabilidade para Dirigentes de Ads cujo anteprojeto foi aprovado no 6º Congresso da ANDES, deve se apressada como matéria ordinária para votação.

3 – Criar o acervo de Jurisprudência sobre Educação e Trabalho, bem como criar uma Assessoria Jurídica da ANDES que auxilie efetivamente o professorado.

f) Preparar o 3º Encontro de Ads e SINPRO'S para aprimorar os meios de trabalho conjunto de condução de Campanhas Salariais. Intensificar o relacionamento com os Sindicatos de Professores e de outras categorias com reivindicações e/ ou datas-base afins.

O balanço mais detalhado da Campanha Salarial deverá ser elaborado pelo setor, tão logo encerrem-se as mobilizações ora em andamento.

### **3.1 – A crise do Ensino Particular e a situação dos Docentes**

É inegável a existência de uma crise no Ensino Particular brasileiro hoje, cujas origens remontam aos anos 70, quando a rede privada ampliou-se desmesuradamente e sem critério e sem critério graças às facilidades concedidas pelo então Ministro da Educação, Coronel Jarbas Passarinho, e à entrada em vigor da Lei 5.540.

Em menos de 10 anos as IES-Particulares passaram do atendimento a 40% da demanda de vagas para cerca de 70%, superando o atendimento dado pela Rede pública. Essa expansão criou um padrão medíocre de ensino com raras e esporádicas exceções, altamente lucrativo, apesar do lucro ser proibido nesse dispo nesse tipo de atividade. A abundância de financiamento com 5 ou mais anos de carência, a disponibilidade de recursos de capital estrangeiro, a inexistência de normas e fiscalização sobre as Mantenedoras, a clientela numerosa, fruto de anos de demanda reprimida, a não profissionalização dos docentes, permitiram anos de pujante e acelerada acumulação pelos empresários do ensino.

Até mesmo as demandas “confessionais” que existiam de décadas anteriores como alternativas ideológicas ao ensino estatal e que se serviam do trabalho gratuito de educadores idealistas, assumiram em grande medida o padrão “moderno” e participaram dessa expansão altamente rentável.

A reversão do quadro dos anos 70 a partir do final da década, foi marcada pela emergência do Movimento Docente organizado, por um lado, e pela recessão econômica gradual e segura que coloca aos IES Particulares em crise a partir do início da década de 80.

Daí em diante, polarizaram-se cada vez mais duas saídas possíveis para o ensino particular do ponto de vista das Mantenedoras: racionalidade administrativa para recompor a lucratividade em prejuízo absoluto da qualidade de ensino, ou recurso a subsídios públicos para sustentar um suposto modelo de qualidade ou de “centros de excelência”.

### **A CRISE NA ATUAL CONJUNTURA**

Após o plano cruzado, o governo federal delegou aos Conselhos Estaduais o poder de elaborar os índices de reajustes das mensalidades escolares.

Essa nova postura do Ministro da Educação provocou uma grande reação dos proprietários de escolas e mantenedoras, pois a fixação dos índices passou a ter um componente político que levou a várias citações:

a) Os professores colocaram-se contra o repasse automático do índice de aumento salarial para as mensalidades;

b) Provocou-se uma ampla mobilização dos estudantes contra os índices de aumentos;

c) organização dos proprietários e mantenedoras junto ao Ministério da Educação colocando a impossibilidade de gastos das escolas sem um aporte de recursos governamentais.

Para isso as IES Particulares vêm buscando (e disso fazem grande publicidade) mostrar a eficiência e racionalização gerencial em contraste com a “ineficiência das IES Públicas.

Essa característica de mercantilização que as IES privadas vêm buscando, reflete-se no aumento de alunos por sala de aula aumento das mensalidades, junção de turmas, extinção de cursos e , conseqüentemente, dispensa de professores.

Considerando que, para os professores, faz-se necessário mobilizarem-se para resguardarem algumas conquistas e lutarem para que a proposta de uma padrão unitário de ensino tenha sucesso, o Congresso Extraordinário delibera:

a – Promover denúncia pública da tentativa de vincular o repasse automático dos índices de aumentos para os salário;

b – Exigir a publicação do orçamento previsto e do realizado por parte das autoridades responsáveis pelas IES, objetivando a plena transparência administrativa e orçamentária de suas verbas.

c – Encaminhar a publicação urgente do “Livro Denúncia” das Mantenedoras, e sugerir que se enviem mais relatos para publicações futuras.

d – Reafirmar a publicação imediata do Boletim da ANDES sobre a crise das Particulares e a luta pela melhoria do ensino.

O Congresso Extraordinário delibera também, aprovar as seguintes moções:

1ª) A favor do movimento de greve dos professores da rede particular do Rio de Janeiro, e de repúdio aos proprietários de escolas que foram a Brasília entregar as chaves de suas escolas ao Ministro da Educação.

2ª) Apoio aos professores da Santa Úrsula, que estão sem receber seus salários desde o mês de abril passado.

#### 4 – DELIBERAÇÃO PARA TODOS OS SETORES DA ANDES

O Congresso Extraordinário orienta todas as Ads no sentido de enviarem telegramas aos constituintes de seus respectivos estados, informando sobre a decisão da Subcomissão de Educação com relação à aposentadoria integral dos docentes (Vide TEMA I, Seção 2 Federais, item B, deste Relatório) e pedindo apoio a sua decisão.

#### TEMA II – CONSTITUINTE

##### 1 – Análise e Posicionamento Frente à Conjuntura

1.1 – O movimento docente priorizará na conjuntura atual a luta por imprimir um conteúdo progressista à futura Constituição, onde se inclui, como especial preocupação, a defesa do ensino público e gratuito.

##### 1.2 – Considerando:

O extraordinário custo econômico e político da tentativa do atual Presidente de manter-se no cargo por cinco anos, através de pressão e aliciamento de governadores e constituintes através da manipulação dos cofres públicos e do clientelismo;

A administração da economia às custas de violento arrocho salarial, descontrole inflacionário e crescente probabilidade de recessão, dentro de um gigantesco processo de concentração do capital, da renda e da propriedade;

O crescente conservadorismo com que o governo rejeita e reprime as reivindicações populares de melhores salários, condições de vida e trabalho e de mais liberdade de organização, manifestação e expressão do pensamento;

O fato de, por todas essas razões, o governo Sarney ter acrescentado, à sua ilegitimidade de origem, uma feição claramente anti-popular e conseqüentemente ser hoje rejeitado pela larga maioria dos trabalhadores brasileiros;

O congresso Extraordinário reafirma a necessidade e a disposição dos docentes do ensino superior de lutarem pela convocação de eleições livres e diretas para a presidência da República entendida como uma das medidas indispensáveis para a conquista, pelos trabalhadores brasileiros do atendimento de suas legítimas aspirações.

O momento a ser defendido pelo movimento docente para a realização das eleições, será definido no XVI CONAD ou, se mudanças na

conjuntura o exigirem, em CONAD Extraordinário convocado para decidir a questão.

1.3 – O movimento docente deve discutir a hipótese de participação em uma iminente greve geral face a:

- a) a grave crise econômica e o crescente arrocho salarial;
- b) a grave crise institucional com a plena ilegitimidade do governo e o crescente cerceamento das liberdades;
- c) a crescente espoliação internacional, devido à dívida externa.

Neste sentido recomenda-se a discussão privilegiada de :

- a) O documento da Conferencia Latino-americana e Caribenha sobre a dívida externa:
- b) O discurso de abertura do Congresso Extraordinário pronunciado pelo presidente da ANDES (VIDE anexo I)

Como subsídio ao debate nas bases do movimento docente, este deverá elaborar uma pauta mínima para se discutida com o conjunto do movimento sindical.

1.4 – O Congresso Extraordinário remete às Ads a discussão sobre o não pagamento da dívida externa, a proibição de remessa de lucros para o exterior, a estatização do comércio exterior e a nacionalização dos bancos estrangeiros.

1.5 – A ANDES trabalhará no sentido de conseguir que o Congresso Nacional instale imediatamente numa Comissão Parlamentar de Inquérito para fazer uma auditoria da dívida externa bem como da dívida interna, rede bancária privada, bancos e empresas estatais.

1.6 – O movimento docente, através da ANDES e das Ads, atuará no sentido da unificação do movimento organizado dos trabalhadores, propondo a construção de um Fórum Sindical capaz de ampliar unificamente a defesa dos trabalhadores diante do avanço da exploração do trabalhador pelo capital e da enorme transferência de renda em curso.

1.7 – O Congresso Extraordinário aprova o discurso do presidente da ANDES (anexo I) como documento oficial deste Congresso.

1.8 – O Congresso Extraordinário aprova a elaboração de um documento podendo ser designado “Carta do Rio”. Este documento deverá ser fortemente político e destinado a:

- toda imprensa, escrita, falada e televisiva
- todos os constituintes
- todos os sindicatos de associações
- todos os seguimentos da sociedade nas suas diferentes formas de representatividades
- ao MD em geral
- população em geral

O seu conteúdo deveria ser:

- a) Denúncia das diferentes formas de articulações, no âmbito da Constituinte, que estão atropelando e impedindo as propostas que visam as legítimas aspirações democráticas da população brasileira e dos trabalhadores.
- b) Ratificar as propostas de emenda na Constituinte pela ANDES, com justificativas claras e objetivas e diretas.
- c) Alertar para a imunidade do comprometimento coletivo da sociedade, pela pressão e vigilância dos trabalhos dos constituintes.

Que a comissão coordenadora da constituinte da ANDES elabore esta “Carta” obedecendo os eixos aprovados.

## 2 – Plataforma Educacional

### 2.1 – Sobre a decisão do CONAD extraordinário quanto à Plataforma Educacional da ANDES para a Constituinte

a) O Congresso Extraordinário referenda a decisão do CONAD Extraordinário, de introduzir na Plataforma Educacional da ANDES para a Constituinte o artigo “As verbas públicas destinam-se, exclusivamente, às escolas públicas criadas e mantidas pela União, Estados e Municípios.”

b) O Congresso Extraordinário referenda também a decisão do CONAD Extraordinário, de substituir o antigo item 4, e seu dois parágrafos pelo artigo:

“É permitida a existência de escolas particulares, desde que não recebam verbas públicas, estejam organizados segundo os padrões unitários de qualidade, não tenham fins lucrativos e sejam subordinados às normas mínimas ordenadoras da estrutura educacional nacional.

§1º - A existência da escola privada estará consignada à observância das normas previstas no caput deste artigo, à garantia de participação dos professores e funcionários nos órgãos deliberativos da instituição bem como à garantia de que a entidade mantenedora sustentará de forma integral, econômica e financeiramente, o funcionamento da instituição.

§ 2º - Cabe ao Estado garantir, através da fiscalização a observância permanente dessas normas e condições sob a pena de cassação da permissão de funcionamento e intervenção administrativa na instituição.”

## 2.2 – Alteração da Plataforma Educacional

O Congresso Extraordinário delibera excluir o temo “publico” após a palavra “magistério”, no caput do artigo item 13 da Plataforma Educacional da ANDES (Relatório do VI Congresso, pág. 78 e Cadernos ANDES nº 4, pág. 21), que passa a ter a seguinte redação:

“O magistério dos diversos níveis deve estar o organizado sob carreiras unificadas, garantindo-se a isonomia salarial, o provimento de cargos e funções por concurso público de títulos e provas, salário e condições dignas de trabalho, aposentadoria com proventos integrais e direito à sindicalização”.

## 3 – Constituinte : Atividade, resultados e propostas de ação para o movimento docente

Encerrada a primeira etapa dos trabalhos da Constituinte, cabe fazer um balanço das atividades desenvolvidas pela ANDES e outras entidades democráticas no processo, uma análise crítica dos resultados obtidos até agora e uma proposta de ação, face ao Calendário da Constituinte e as iniciativas de mobilização populares que objetivam pressionar os Constituintes.

1 – Cabe assinalar, inicialmente, que se verifica um sentimento coletivo de que é necessário cumprir, o mais estritamente possível, o Calendário fixado para a conclusão dos trabalhos da Constituinte.

2 – Em vista disso, as Sub-comissões trabalharam em ritmo intenso, nos primeiros 40 dias de funcionamento da Constituinte, conseguindo entregar quase todos os relatórios e propostas até o dia 25.5, segunda-feira, conforme fixado pelo Calendário da Constituinte. Para tanto, essas Sub-comissões trabalharam, no último final de semana, em sessões continuadas para apreciação de emendas, substitutivos e deliberações sobre as propostas finais.

Nessa primeira etapa, foi fundamental e, em alguns casos, decisiva, a atuação das entidades, não só através dos depoimentos nas audiências públicas, mas também através da atuação direta, seja assessorando parlamentares alinhados com as propostas das nossas entidades, seja pressionando ou convencendo parlamentares sensíveis às nossas argumentações. Exemplo desse tipo de atenta atuação e

acompanhamento foi o documento elaborado e apresentado pela Coordenação de Política Educacional da ANDES.

3 – Segundo orientação política determinada pelo 6º Congresso Nacional da ANDES, nossa entidade se empenhou na construção ou integração em articulações de entidades autônomas e independentes, como forma de fortalecer politicamente as propostas aprovadas como consenso entre as entidades.

4 – Até o momento, a ANDES está atuando, ativamente, nas seguintes articulações:

- FORUM DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO.

- MOVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA CONSTITUINTE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- PLENÁRIA NACIONAL PRÓ-PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE.

- PLENÁRIA NACIONAL PELA SAÚDE NA CONSTITUINTE.

Estamos, também, trabalhando junto com várias entidades, para a construção de uma ARTICULAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PELA MOBILIZAÇÃO POPULAR NA CONSTITUINTE, a qual realizou nos dias 26 e 27.05 para acertar os encaminhamentos iniciais da articulação que se busca construir.

5 – A ANDES, através da Coordenação de Relações Sindicais, participou da elaboração da proposta à Constituinte (sugestão de Norma) que “Dispõe sobre o direito dos trabalhadores”. A proposta foi elaborada por parlamentares, dirigentes sindicais, advogados trabalhistas em trabalho organizado pelo DIAP – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR, a nível supra-partidário, contanto com a participação de dirigentes e assessores das Centrais Sindicais (CGT, CUT, USI), das Confederações Nacionais de Trabalhadores (CONTAG, CONTCOP, CNTC, CONTEC, CNTEEC, CNTI, CNTTT, CONTMFA e CNPL) e das entidades nacionais que representam os servidores públicos (ANDES, CSPB, CPB, UNSP, FAFITE, FASUBRA., FENASPS, FENASTRA e UNAFISCO).

6 – Nas Sub-comissões em que as Articulações de Entidades atuaram com maior intensidade as propostas dos relatórios contemplam, em maior menor graus as proposições dos movimentos populares.

Uma interpretação inicial de que ocorreu, nesta primeira etapa, mostra que as forças conservadoras se empenharam, prioritariamente, nas Sub-

comissões em que estava em jogo a hegemonia do capital ou a adoção de idéias liberatizadoras como o ABORTO.

7 – Isto ocorreu, claramente na Sub-comissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, na Sub-Comissão da Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária, e da Sub-Comissão da Questão Urbana e Transporte, todas elas integrantes da COMISSÃO DA ORDEM ECONÔMICA.

No caso da Reforma Agrária as forças do latifúndio jogaram firme e pesado, com a cobertura e a conivência do Presidente da Sub-comissão, Edson Lobão e da própria Presidência da Constituinte, as quais violaram os dispositivos do Regimento da Constituinte, para permitir que um substitutivo de autoria de um deputado, a serviço d latifúndio Rosa Prata (PMDB/ MG) fosse votado, em lugar da proposta do Relator da Sub-comissão Osvaldo Lima Filho (PMDB/ PE).

No caso da Sub-comissão da Questão Urbana e Transporte, o Presidente da Comissão, Dirceu Carneiro (PMDB/ SC) se recusou a assinar o relatório e as propostas pela maioria da Sub-comissão as quais favorecem abertamente os interesses das grandes empresas e empreiteiras.

Também na Sub-comissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica e parecer as propostas do Relator, Virgildasio de Senna (PMDB/ BA) foram rejeitadas.

8 – Verificam-se, portanto, avanços consideráveis nas propostas das Sub-comissões de Educação Cultura e Esportes, Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, Direito dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos. Na Sub-comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação.

Na Sub-comissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação houve uma pressão grande do Movimento de Ciência e Tecnologia na Constituinte e o relatório da deputada Cristina Tavares incorporou várias das proposições levadas pelo Movimento, algumas em forma modificada e, embora fosse omissa em alguns ponto, traduzia avanços consideráveis nesta área. No entanto, no relatório final aprovado pela Sub-comissão várias destas proposições foram retiradas ou alteradas. No que se refere à Ciência e Tecnologia o artigo referente às armas nucleares foi eliminado, os percentuais mínimos para aplicação de recursos em Ciência e Tecnologia não foram fixados (ficaram para legislação ordinária), o papel das universidades e institutos públicos de pesquisa na formulação da política científica e tecnológica não foi considerado assim como alguns itens referentes ao controle social das aplicações da tecnologia. No entanto, alguns itens importantes, como a reserva de mercado e sobre o impacto do desenvolvimento científico e tecnológico da privacidade do cidadão, foram mantidos. No que toca à parte de Comunicações as modificações foram muito grandes, com a predominância absoluta dos setores conservadores; cite-se, como exemplo, a eliminação do Conselho Nacional de Comunicações proposta no relatório de Cristina Tavares.

Verificaram-se retrocessos nas Sub-comissões que implicam em alterações da ordem e da estrutura de dominação capitalista.

9 – A previsão é de que no período que já se iniciou de 25.05 a 15.06 destinado ao trabalho das OITO COMISSÕES TEMÁTICAS, os setores conservadores passarão a atuar, muito mais intensamente, no sentido de fazer prevalecer suas posições em todas as Comissões Temáticas.

Esse período, portanto deverá merecer um acompanhamento vigilante das articulações e das entidades progressistas, incluindo a preparação de grandes mobilizações que deverão ocorrer também a curto prazo.

Os principais objetivos são

a) preservar as conquistas já obtidas (a nível das Sub-comissões) nas Comissões Temáticas – plenários integrados por 63 constituintes em que a correlação de forças é mais desfavorável às propostas dos movimentos populares.

b) incluir propostas omitidas ou alterar propostas insatisfatórias.

10 – Seguir-se-á o período de 30 dias – de 15.06 a 15.07 destinado aos trabalhadores da COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, funil de onde fluirá, finalmente, depois de cruzadas e contabilizadas as propostas oriundas das oito Comissões Temáticas.

O Projeto de Constituição – resultante desse Trabalho deverá ser divulgado e distribuído, pela Secretaria Geral da Constituinte.

11 – Entregue o Projeto de Constituição, pela Comissão de sistematização, abre-se o período destinado a emendas de plenário, quando também cabe a apresentação de emendas por INICIATIVA POPULAR (30.000 assinaturas, no mínimo, de eleitores identificados) 15 julho – 15 agosto.

Nesta altura, o processo da Constituinte entrará na sua face decisiva, quando se abre o período do INICIO DA VOTAÇÃO EM PLENÁRIO. Será o momento de se manter acompanhamento e pressão em tempo integral, no sentido de conquistar o máximo de avanços das nossas propostas.

12 – A ANDES atuará no sentido de, juntamente com as entidades que compõem a Articulação Nacional pela Mobilização Popular na Constituinte, formular um documento com base nos princípios gerais da Ordem Econômica, da Soberania Nacional e da democratização do Estado. Esse documento deverá, também, contemplar as questões fundamentais contidas nas iniciativas populares oriundas do movimento sindical e popular. O movimento sindical e popular deverá concentrar toda a sua capacidade de mobilização e de pressão, unificando nacionalmente as ações do movimento de massas.

Os fatores até agora apontados indicam claramente que:

1 – Somente a pressão democrática dos movimentos populares poderá enfrentar o caráter conservador do Congresso Constituinte e dos lobbies representativos dos dominantes.

2 – É essencial que o movimento popular mantenha e aumente seu nível de organização, mobilização e articulação, com o objetivo de lutar por suas propostas constitucionais.

3 – Cabe ao movimento docente, em função de sua experiência de lutas e mobilizações democráticas assumir iniciativas a altura das responsabilidades que lhe conferem sua legitimidade e representatividade nos planos políticos e sociais.

Em vista disso, o Congresso Extraordinário aprova as seguintes ações para a luta na Constituinte:

A ação do movimento docente na luta da Constituinte deverá se orientar pelos seguintes critérios:

- dar ênfase, sempre que possível, às atividades de pressão política que envolvam ações de massas e reforçar as atividades de mobilização de iniciativa das Articulações de entidades autônomas nas quais o movimento docente está integrado.

- nesse sentido, o Congresso Extraordinário define as iniciativas populares que deverão ser objeto de imediato reforço e mobilização. São os seguintes os temas objeto das propostas de emenda à Constituição, sob forma de INICIATIVAS POPULARES, apoiadas pela ANDES:

1- EDUCAÇÃO; 2- CIENCIA E TECNOLOGIA; 3- COMUNICAÇÃO; 4- SAUDE; 5- DIREITOS DO TRABALHADOR; 6- INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃO; 7- SINDICALIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

- O Congresso Extraordinário recomenda ao movimento docente que as emendas constitucionais referentes à educação e a instrumentos de participação do cidadão devam ser subscritas por cada professor, ficando a seu critério o endosso de uma outra iniciativa.

- As ações de luta na Constituinte devem se concentrar, fundamentalmente, no atual momento do processo, nas seguintes COMISSÕES TEMÁTICAS:

1 – DA FAMÍLIA, DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, COMUNICAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA;

2 – DA ORDEM SOCIAL (Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos/ Saúde Seguridade e do Meio Ambiente);

3 – Da SOBERANIA E DOS DIREITOS E GARANTIAS DO HOMEM E DA MULHER (Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias Direitos e Garantias Individuais)

4 – DA ORDEM ECONÔMICA (Princípios gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do subsolo e da Atividade Econômica/ Política Agrária e Fundiária e da Reforma Agrária.)

5 – DA ORGANIZAÇÃO ELEITORAL, PARTIDÁRIA E DE GARANTIA DAS INSTITUIÇÕES.

6 – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SISTEMAS DE GOVERNO.

- Ações de convencimento, sobre os integrantes das CT, particularmente através de contatos das Ads com os constituintes dos respectivos estados e/ ou regiões. Cabe à CC remeter às Ads lista dos integrantes das CTs e apontar aqueles sobre os quais deverão se concentrar preferencialmente, as pressões políticas.

- Denunciar em Brasília e nas bases estaduais respectivas os Constituintes que se posicionarem cabalmente contra as propostas dos movimentos e iniciativas populares. Usar para isso, boletins, murais, painéis, e qualquer processo de comunicação que atinja grandes contingentes de população tais como entrevistas coletivas de imprensa e especialmente artigos de jornais. Essas ações deverão ser rápida e efetivamente instituídas pois a votação nas CT está prevista para o período compreendido entre 09 e 13 de junho. Quanto aos demais parlamentares que não se incluem na categoria de opositores cabais às nossas teses o trabalho se fundamentará na técnica de pressão e de persuasão. No entanto, o período entre 01 e 08 de junho será extremamente importante pois até dia 04 de junho, próxima 4ª feira, haverá espaço para apresentação de emendas às propostas provenientes das sub-comissões, as quais revelarão os enfrentamentos das posições políticas divergentes e indicarão aquelas que devem ser combatidas pelo movimento popular.

Toda a ênfase deve ser dada às articulações, a nível local e nacional, que visem mobilizar a população, através de ações de massa, no sentido de pressionar o Congresso Constituinte.

-Através da Coordenação da Constituinte (CC) designada pela Diretoria da ANDES, será acionado o acompanhamento permanente dos trabalhos da Constituinte, com a indispensável e ativa participação das Ads, durante o período de trabalho das OITO COMISSÕES TEMÁTICAS (CT) (25.05 a 15.06).

-Acompanhamento dos debates e as deliberações das Comissões, realizando as seguintes atividades:

- Pressão política sobre os Constituintes integrantes das CT por meio das Seguintes ações:

- Elaboração de textos para ação política em plenário, sob responsabilidade da CC, para distribuição aos Constituintes.

Recomenda-se que nas idades da área de atuação das ADS, sejam criados Comitês de Entidades sindicais e populares, destinados a mobilizar a opinião pública em prol das propostas progressistas na Constituinte. Nestes Centros as Ads e entidades ligadas à área educacional terão papel destacado, como instrumentais de mobilização.

- Para o período, compreendido entre 15 de junho e 15 de julho destinado ao trabalho da COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, deve-se manter o mesmo tipo de acompanhamento dos trabalhos da Constituinte, por parte do movimento docente. Propõe-se, além disso:

- Realizar, em Brasília, no período imediato à entrega das propostas das OITO COMISSÕES TEMÁTICAS à COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO, uma reunião ampla, como o objetivo de fazer uma avaliação política global das mesmas. Propõe-se que a reunião seja aberta à mais ampla participação de interessados, incluindo: a) CONSTITUINTES, (particularmente relatores e presidentes de sub-comissões e da Comissão de Sistemática) b) DOCENTES, SERVIDORES e ESTUDANTES; c) Comunidade em geral, mobilizada pelas entidades de Brasília; d) Representantes ou delegações de estados, mobilizados pelos Comitês, Plenárias e outras articulações e/ ou entidades estaduais e/ ou Regionais.

A organização e a coordenação políticas ficarão a cargo das Articulações formadas pelas entidades sindicais e populares. O CEAC, da UNB, poderá prestar Assistência técnica à reunião

- A reunião poderá incluir ações coletivas de massas (ATOS PÚBLICO, PASSEATA, ACAMPAMENTO e etc...) a critério da coordenação política das entidades.

- Utilizar, a reunião anual da SBPC, a ser realizada de 12 a 18 de julho, para avaliar, em mesa redonda especial, o Projeto de Constituição gerado pela Comissão de Sistematização, delegando à Articulação Nacional de Entidades pela Participação Popular na CONSTITUINTE, a tarefa de viabilizar, organizar e coordenar juntamente com a SBPC a Mesa redonda.

- Eleger o dia 17 de junho como dia nacional de coleta de assinaturas de iniciativa popular pró-ensino público e gratuito.

- Realizar uma grande e expressiva ação de massas, durante a reunião anual da SBPC, aproveitando a presença em Brasília de participantes de todo o país.

- Para o movimento docente, o momento mais importante do processo constituinte é o que estamos vivendo agora.

Temos que jogar toda a força do movimento em uma mobilização popular massiva que garanta respaldo de massa às iniciativas populares de emenda à constituição apoiadas pela ANDES, e em particular, a referente ao ensino público e gratuito.

Dispomos de aproximadamente dois meses para isso. Não se trata de obter apenas as trinta mil assinaturas legalmente exigidas para assegurar a apreciação da emenda pelo Congresso Constituinte. Precisamos conseguir a adesão de centenas de milhares, ou até de milhões de assinaturas para tornar esta proposta politicamente imbatível.

Entretanto, isto só será possível se as Associações de docentes se engajarem de corpo e alma neste processo, o que até agora não ocorreu. Será necessário transformar cada Associação em instrumento fundamental de mobilização das entidades sindicais e populares, e do conjunto da cidadania, em prol de uma constituição progressista. Vale salientar que o ponto alto desta mobilização deverá ser o dia 17 de julho DIA NACIONAL DAS INICIATIVAS POPULARES, que porá à prova a nossa disposição em particular, e nossa capacidade de aglutinação no processo constituinte.

- Indicar a formação nas Ads de Comissão Constituinte local (ligada à Comissão Coordenadora da Constituinte da ANDES)

- Todo material acima referido deve ser solicitado ao Escritório da ANDES em Brasília e devolvido a este Escritório, até o dia 30. Portanto, deve-se evitar a utilização das cópias xerox, ou de outro material não encaminhado pela entidade.

-O Congresso Extraordinário da ANDES ratifica os encaminhamentos realizados pela ANDES junto à Constituinte, reconhecendo o excelente trabalho desenvolvido e o que vem sendo implementado pela Coordenação de Constituinte em particular, destacando-se o avanço político que representa esta iniciativa, na medida em que não se limita à intervenção puramente corporativista, mas a uma intervenção sindical politicamente ampla e qualitativamente diferenciada.

#### 4 – Campanha pelo Ensino Público e Gratuito/ Constituinte

##### 4.1 – Relatório da Coordenação de Política Educacional da ANDES

Quanto à educação na Constituinte, a ANDES vem atuando através das seguintes formas: A – Fórum da Educação na Constituinte; B – Articulação com parlamentares progressistas; C – Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito; D – Atuação junto a Sub-comissão de Educação, cultura e Esportes da Constituinte.

##### A – FÓRUM DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE

A ANDES propôs a formação do Fórum Nacional de Educação, Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura na Constituinte no XIII CONAD (Conselho Nacional de Associação de Docentes), desde quando passou a contatar as entidades nacionais para organizá-lo. O Fórum Nacional da Educação na Constituinte passou a existir efetivamente desde março de 1987, sendo formado pelas seguintes entidades nacionais: ANDE, ANDES, AMPAE, ANPED, CPB, CEDES, CGT, CUT, FASUBRA, FENDE, OAB, SBPC, SEAF, UBES e UNE. O fórum reúne-se em Brasília, na sede da CPB e teve reuniões em março (dias 17, 25 e 31), em abril (dias 01,02,08,13,14,15,21,22,23 e 29) e em maio (dias 11 e 19). A ANDES esteve presente em todas as reuniões do Fórum. Foram produzidos pelo Fórum o Manifesto em Defesa do Ensino Público e Gratuito e a Proposta Educacional para a Constituinte (documentos produzidos consensualmente, após ampla discussão das entidades representadas) bem como o formulário para coleta de assinaturas em defesa do Ensino Público e Gratuito para encaminhar como participação popular à Constituinte. O Fórum tem conduzido suas atividades em articulação com parlamentares progressistas e junto à Sub-comissão de Educação da Constituinte e organizando nacionalmente a Campanha em defesa do Ensino Público e Gratuito.

A representação permanente da ANDES no fórum cabe a Miriam Limoeiro Cardoso e tem contato também com a participação de Osvaldo Maciel e Renato de Oliveira.

##### B – Articulação com Parlamentares progressistas

A ANDES e o Fórum de Educação na Constituinte vêm trabalhando junto à Constituinte sempre em articulação com um grupo de parlamentares progressistas. Entre estes se destacam aqueles que compõem, como membros efetivos ou suplentes, a Sub-comissão de Educação e que são Florestan Fernandes

(PT-SP), Hermes Zaneti (PMDB-RGS), Octávio Elisio (PMDB-MG), Gumercindo Milhomem (PT-SP), Jorge Hage (PMDB-BA), José Carlos Saboia (PMDB-MA). Foram também este grupo alguns outros parlamentares pertencentes a outras Sub-comissões e que não são: Cristina Tavares (PMDB-PE), Haroldo Saboia (PMDB-MA), Lidice da Mata (PC DO B-BA) e Aldo Arantes (PC DO B –GO). O Fórum da Educação na Constituinte teve reunião com os parlamentares progressistas em Março (dias 17, 25 e 31) em abril e em maio (dia 20), tendo a ANDES sempre estado presente.

Entendemos que esta forma de organização da ação das entidades junto ao Congresso Constituinte tem sido de uma importância fundamental para o encaminhamento do nosso trabalho político sobre Constituinte.

### C – Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito

A campanha está sendo organizada nacionalmente pelo Fórum da Educação na Constituinte. Foi lançada nacionalmente no Congresso Nacional, em Brasília, em 09.04 e está sendo pensada como compreendendo: 1) manifestações públicas (desde o lançamento, palestras e debates nas escolas e sindicatos até atos públicos e caravanas a Brasília), 2) abaixo assinado em defesa do Ensino Público e Gratuito; 3) a criação de uma marca de campanha (cartaz, adesivos, camisetas, etc...).

A ANDES, atuando sempre junto às demais entidades componentes do Fórum, tem grande empenho em transformar essa Campanha num instrumento político de pressão que consiga se tornar forte e significativo. Para isso é preciso que toda a estrutura de organização da ANDES a nível nacional (vice-presidências Regionais e Ads) seja acionada para a criação de Comitês Locais e de Comitês por Universidade, trabalhando no sentido de aumentar a mobilização e conseguir a efetiva ampliação da Campanha até alcançar a sociedade em geral. O Fórum pretende que o volume de assinaturas conseguidas ultrapasse um milhão! A contribuição da ANDES para que se alcance esse resultado – condição mesma de que a defesa do Ensino Público e Gratuito se torne capaz de sensibilizar os Constituintes tem que ser expressiva, e depende de cada um de nós!

### D – Atuação junto à Sub-comissão de Educação, Cultura e Esportes da Constituinte

#### **1) Audiência Pública**

De 23 a 30 de abril, as entidades que compõe o Fórum compareceram às audiências públicas da Sub-comissão de Educação. A ANDES foi ouvida no dia 23 de abril, às 10h. Regimentalmente, cada entidade fazia seu pronunciamento inicial de 10 minutos, sendo então aberta a palavra aos Constituintes, tendo cada um

quatro minutos para fazer sua indagação e a entidade também dispendo de quatro minutos para responder. No caso da ANDES, a colocação inicial foi feita pelo Presidente Newton Lima Neto, que se ausentou imediatamente após para dirigir-se a uma audiência de negociação no MEC, decorrência da greve das Universidades Federais. A sustentação da discussão ficou a cargo de Miriam Limoeiro Cardoso. A audiência da ANDES durou uma hora e meia, com discussões acaloradas e significativas.

## 2 – Acompanhamento direto do trabalho parlamentar na Constituinte

Temos acompanhado o trabalho parlamentar da Sub-comissão de Educação, Cultura e Esportes desde sua instalação em 07 de abril de 1987. O acompanhamento mais intensivo, no entanto, ocorreu a partir de 20 de maio e, especialmente, de 22 e 24 de maio p.p., quando a Sub-comissão discutiu e votou o seu Anteprojeto. Participaram permanentemente deste acompanhamento Miriam Limoeiro Cardoso e Antônio Ibanez Ruiz e, mais eventualmente, Osvaldo Maciel.

Decisivo nesse momento do trabalho constituinte foi a formação e a apresentação de emendas ao Anteprojeto elaborado pelo Relator da Sub-comissão, Senador João Calmon (PMDB-ES). Os Deputados constituintes Florestan Fernandes e Octávio Elísio trabalharam juntos na formação de um elenco de emendas ao Anteprojeto do Relator. Decidiram então socializar as emendas entre os demais Constituintes dispostos a subscrevê-las, num empenho incansável pela causa que defendem, a defesa do Ensino público e Gratuito. Na formação do seu conjunto de emendas basearam-se nas propostas das entidades do Fórum da Educação. Quanto ao cuidado e ao empenho em contemplar as plataformas das entidades que defendem o Ensino Público e Gratuito, e em especial a plataforma da ANDES, é necessário destacar a figura de Florestan Fernandes.

Cabe destacar ainda o Deputado constituinte Hermes Zaneti, que não só colaborou na formulação das emendas, como também, e principalmente, enquanto Presidente da Sub-comissão, conduziu os trabalhos de discussão e de votação de maneira segura e democrática, contribuindo assim decisivamente para o excelente andamento dos trabalhos. É de justiça ressaltar que o Deputado constituinte Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), embora estando com pneumonia e com recomendação médica de repouso absoluto, compareceu às sessões e teve participação importantíssima nas discussões e votações.

Como a leitura do Anteprojeto aprovado pela Sub-comissão comprova, nossa plataforma foi substancialmente contemplada, bem como a plataforma unitária do fórum da Educação.

No que diz respeito aos princípios que devem reger a educação e que constam do art. 2º, a emenda 0210-4 ganhou com apenas dois votos contra (do senador João Calmon e do Deputado Bezerra Mello (PMDB-CE)).

Quanto à questão do ensino por parte da iniciativa privada (art. 6º do Substitutivo do Relator e art. 7º do Anteprojeto aprovado), a emenda 241-7 não conseguiu a necessária maioria absoluta para se aprovada. Votaram contra os Constituintes Antonio de Jesus (PMDB-MT), Atila Lira (PFL-PI), Cláudio Ávila (PFL-SC), Aécio de Borba (PDS-CE) e Sólon Borges dos Reis (PTB-SP).

Quanto ao art. 8º, que trata da universidade, houve uma emenda do Deputado Agripino Lima (PFL-SP), que pleiteava a supressão do item III (gestão democrática) e que foi recusada por unanimidade. Houve ainda outra emenda (216-3), de autoria do Constituinte Bezerra de Melo, aproveitada pelo Relator, para aditar a expressão nas **Universidades Oficiais** à expressão **gestão democrática** (item III). Esta emenda não conseguiu a maioria absoluta necessária e foi rejeitada (votaram a favor desta emenda os Constituintes Antonio de Jesus, Bezerra de Melo, João Calmon, Louremberg Nunes Rocha, Osvaldo Sobrinho, Cláudio Ávila, Aécio de Borba e Sólon Elísio, emenda que foi rejeitada. Votaram contra a emenda e, portanto, pela manutenção do artigo os Constituintes Antônio de Jesus, Bezerra de Melo, João Calmon, Louremberg Nunes Rocha, Márcia Kubitschek (PMDB-DF), João Sobrinho, Tadeu França (PMDB-PR), Atila Lira, Cláudio Ávila, José Moura (PFL-PE), Pedro Canedo (PFL-GO) e Aécio de Borba.

O art. 15 do Substitutivo do Relator, que tratava da transferência de recursos públicos e instituições educacionais privadas ficou prejudicado pela aprovado no Art. 7º do Anteprojeto a que proíbe o repasse de verbas públicas para as instituições de ensino particular.

O art. 16 do Substitutivo do Relato (que no Anteprojeto ficou como art. 14) e que trata do Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, foi aprovado pro unanimidade.

### **3) Entrega de documentos aos Constituintes**

Por ocasião da audiência pública da ANDES na Sub-comissão, distribuimos aos parlamentares a nossa Plataforma Educacional para a Constituição. Quando do acompanhamento das discussões e da votação do Anteprojeto VIII a da Sub-comissão de educação, Cultura e Esportes (relatório Calmon), distribuimos aos senhores Constituintes da Sub-comissão um documento de análise daquele Anteprojeto.

## **Balanco e perspectiva**

O balanço do trabalho na Sub-comissão de Educação, Cultura e Esporte, no que se refere à educação pode ser considerado como bastante positivo. Pelo menos nessa etapa conquistamos nossas principais bandeiras, algumas vezes até acima de nossas próprias propostas (como no caso do percentual mínimo vinculado à educação, em que nossa proposta é de que a União aplique nunca menos de 13% da receita tributária, enquanto a Sub-comissão aprovou que a União aplicará nunca menos de 18% da receita de impostos).

No entanto, precisamos tentar avançar em nossas conquistas, como, por exemplo, conseguindo fazer constar no Texto Constitucional uma definição de educação mais compatível com nossas propostas, como é o caso da emenda 209-1 apresentada pro Florestan Fernandes e que não conseguiu a maioria necessária para sua aprovação. É também o caso do art. 7º, para o qual foi aprovada uma emenda politicamente muito mais adequada à nossa proposta do que a redação do Substitutivo do Relator, embora tivesse sido apresentada uma emenda bem mais completa (214-7) e que cabe tentar novamente aprovar.

Por outro lado, também cabe novamente tentar suprimir o art. 13. E cabe, principalmente, organizar a realizar a resistência às tentativas que certamente virão dos conservadores e privatistas contra o que julgamos como mais positivo no texto do Anteprojeto aprovado pela Sub-comissão.

Algumas entidades do Fórum se destacaram no acompanhamento dos trabalhos da fase final da Sub-comissão junto com a ANDES, estas entidades foram a ANPAE, ANDE, CPB, CUT, e ANPED, bem como o Comitê DF da Campanha pelo Ensino público e Gratuito.

Não foi fácil na Sub-comissão, mas com certeza será bem mais difícil na comissão Temática e na Comissão de Sistematização por que aí a relação de forças é mais desfavorável. Também é possível prever muita dificuldade no plenário da Constituinte.

Entendemos que a condição de não ter avançado o Movimento preservando as conquistas já alcançadas, revertendo os resultados negativos e resistindo à pressão dos grupos dominantes e seus representantes – é desenvolver trabalho a nível parlamentar associado e respaldado por movimento de massa.

No caso da educação, parece-nos que temos uma chance, que é a Campanha Nacional em Defesa do Ensino Público e Gratuito. Temos que conseguir mais de um milhão de assinaturas em defesa do Ensino Público e Gratuito! Temos que mobilizar: a) educadores, intelectuais e artistas; b) funcionários das escolas; c) estudantes; d) trabalhadores organizados em seus sindicatos; e) movimentos sociais; f) a população em geral. Temos que atuar junto com as demais entidades formando Comitês Locais. Temos que criar um espaço próprio da ANDES e das Ads na

Campanha, organizando em cada Universidade com Comitê, puxado pela AD e, na medida do possível, unificado com funcionários e estudantes. Temos que promover palestras, debates e levar para a rua a nossa Campanha. Sem isso, a pressão sobre os parlamentares não poderá ter efeito. Sem isso estaremos perdendo uma oportunidade rara de fazer um trabalho político da maior relevância numa das questões mais centrais para todos nós: a defesa do Ensino Público e Gratuito. E não temos muito tempo para isso. Já é hora também de começarmos a programar uma grande caravana a Brasília, vinda de todas as partes do país, durante os trabalhos do plenário da Constituinte. Seja como for, valerá a pena!

#### 4.2 – Encaminhamentos

Entendendo que a Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito durante o trabalho do Congresso Constituinte é uma oportunidade rara de desenvolver um trabalho político da maior relevância na questão central do Movimento Docente que é a defesa do Ensino Público e Gratuito, propomos:

-que a Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito seja assumida pela Movimento Docente através de envolvimento efetivo e ativo das Ads e da ANDES (entendendo que a Campanha deve ser unitária e o mais ampla possível e que a ANDES e as Ads devem assumir seu próprio espaço dentro da Campanha);

-que esta Campanha seja desenvolvida por nós como um movimento de massa amplo e unificado que dê respaldo ao trabalho a nível parlamentar.

Propostas aprovadas para o desenvolvimento da Campanha:

##### 1) Campanha pelo Ensino Público e Gratuito enquanto movimento de massa:

#### A – Organização

A 1) organização de Comitês Regionais, Estaduais ou locais com outras entidades e movimentos, garantindo a representação das entidades que compõe o Fórum Nacional da Educação na Constituinte;

A 2) organização de Comitês pro IES, puxado pelas Ads e na medida do possível, seja unificado com funcionários e estudantes,

## B – Mobilização

B.1) Que cada Comitê agilize a Campanha de modo a mobilizar:

- a) educadores, intelectuais artistas;
- b) funcionários das escolas;
- c) estudantes;
- d) trabalhadores organizados em seus sindicatos;
- e) movimentos sociais;
- f) a população em geral.

B. 2) organizar palestras e debates em escolas e sindicatos, cobrindo tanto quanto possível a área próxima a cada IES;

B.3 ) atos públicos (incluindo o lançamento da Campanha) amplos e unitários, organizados pelos Comitês formados pelas diferentes entidades e movimentos a nível local;

B.4) organização de uma caravana a Brasília. Esta caravana dever ser organizada nacionalmente (pelo fórum da Educação na Constituinte, em consonância coma Articulação Nacional de Entidades pela Mobilização Popular na Constituinte) na época das discussões da matéria educacional no plenário da Constituinte (de acordo com os prazos atuais, este período vai de 16 a 26 de agosto)

## C – Divulgação

C.1) envidar todos os esforços para divulgar a Campanha através dos meios de comunicação de massa;

C.2) tentar produzir a nível local uma marca da Campanha, através de adesivos, broches, etc. (está previsto um cartaz a ser produzido unificadamente a nível nacional)

## D – Abaixo-assinado

D.1) que os Comitês pro Universidade se encarreguem de coleta de assinatura no abaixo-assinado do Fórum da Educação na Constituinte sob responsabilidade da ANDES e das Ads;

D.2) que cada Ad assumira a responsabilidade de exercer o controle que é recomendável manter sobre esse abaixo-assinado (não usar xerox dos formulários; numerar e rubricar os formulários; anotar a quem for entregue cada formulário, bem como data de entrega e recebimento)

D.3) que cada Ad cuide do recebimento dos abaixo-assinados no Comitê de sua Universidade e os encaminhe ao Escritório da ANDES em Brasília.

D.4) que os abaixo-assinados sob a responsabilidade das Ads e da ANDES tenham como 1º prazo fixado para sua entrega o final de junho (26.06). A ANDES deverá divulgar, imediatamente após esta data, o número de assinaturas obtida, para que seja possível, se for o caso, ampliar o nº de assinaturas e assim, atingir a meta pré-fixada.

## 2) Acompanhamento do trabalho parlamentar da Constituinte

A – acompanhamento dos trabalhos da Constituinte nas suas diferentes fases (apresentação de emendas, discussões e votações nas comissões Temáticas, na Comissão de Sistematização e no plenário);

B – articulação com parlamentares progressistas nos Estados;

C – pressão sobre os parlamentares Constituinte em defesa das nossas propostas;

D – organizar localmente formas de denúncia dos parlamentares que votam contra as nossas propostas no Congresso Constituinte (tipo placar das Diretas em cada IES).

## 4.3 – Constituinte e o setor particulares

O Congresso Extraordinário delibera encaminhar às Ads, para discussão, o seguinte documento, elaborado pelo setor Particulares da ANDES:

## **A QUESTÃO DO MAGISTÉRIO UNITÁRIO**

O documento que apresenta a Proposta Educacional para a Constituição, elaborado pelo Fórum da Educação na constituinte em defesa do Ensino Público e Gratuito, do qual a ANDES é signatária, traz em seu conteúdo perigosas contradições. Apesar de no plano geral esboçar perspectivas avançadas de educação, deixa, no entanto, de examinar certos aspectos

fundamentais da práxis educacional e silencia sobre pontos nevrálgicos da produção e difusão do conhecimento.

A polemica questão do ensino particular traz no seu bojo diversos equívocos de interpretação e, a bem da verdade, o documento do fórum desconsidera uma das mias avançadas reivindicações do MD: a isonomia de carreira para os diversos níveis da docência, conforme formulada através da política de transição historicamente preconizada pela ANDES.

Surpreendentemente, o documento do Fórum cristaliza a inadmissível existência de dois tipos de docentes para o país. Regulamenta o magistério público e para ele prevê o direito à sindicalização, carreira para a admissão, aposentadoria, estabilidade etc... Sobre o magistério “privado” nada se diz.

E aí?

A cotidiana condição dos professores da rede privada de ensino nos contempla com inumeráveis episódios de ameaças , perseguição e demissões aos que teimosamente se organizam para construir uma escola digna e coerente com os preceitos de liberdade e democracia.

A qualificação e a defesa apenas do magistério público, além de comprometer a unidade do MD, autoriza indiretamente o ensino mercantilizado, em última análise golpeia os anseios populares pro uma Educação de boa qualidade. Num Estado de vocação autoritária e conservadora como o nosso, é temerário deixar vagas as atribuições e deveres da escola privada. Uma vez que não se pretende proibi-la, que pelo menos se defina sua função social, o que só se consegue através da formulação clara das condições com que devem contar os seus docentes, alunos e funcionários.

Há ainda os aspectos de dimensionamento da rede privada e o conseqüentemente papel que o Estado deve representar na autorização para a abertura e funcionamento dos estabelecimentos de ensino. De outro lado, o uso da expressão “ensino oficial” é ambíguo, uma vez que qualquer estabelecimento passa a ser oficial tão logo seja autorizado pelo Estado. O que deixa margem a interpretações escusas do documento.

Enfim, em diversos pontos o documento é omisso. A esperança é que o MD resgate o verdadeiro sentido do compromisso de fazer avançar a educação brasileira. E, respeitando sua tradição de luta e unidade, não se omita.

Obs.: Foi proposta minoritária, recebendo 44 votos (36,4% do total), que o Congresso encaminhe o documento acima ao Fórum para discussão.

### **TEMA III – VERBAS PARA O ENSINO SUPERIOR E A POLÍTICA DE TRANSIÇÃO DA ANDES**

O Congresso Extraordinário delibera:

a) Referendar a política de transição como eixo de luta pelo ensino público e gratuito;

b) Incluir a política de transição como ponto de partida do próximo Congresso, para ser aprofundada, tendo como ponto de partida a “proposta das Ads e da ANDES para a Universidade Brasileira”.

Foi minoritária no Congresso Extraordinário recebendo 56 votos (39,4% do total), a seguinte proposta:

“Deliberar neste Congresso os eixos básicos para o movimento docente reavaliar a política de transição e para orientação da discussão nas bases”.

c) É necessário o questionamento da estrutura dos órgãos financiadores de pesquisa.

A atualização da proposta da ANDES sobre a transição significativa avançar na definição de escola pública e na separação entre mantenedora X universidade.

Para operacionalizar a política de transição o Congresso Extraordinário delibera:

- Entendimento de que é tarefa conjunta de todos os setores do MD o aperfeiçoamento da política de transição.

- Instrumento para realizar a transição:

1 – Legislação “ordinária” contemplando:

a) carreira docente única nacional;

b) exigências para o funcionamento de Instituições que mantenham o ensino;

c) pontos que deve constar necessariamente dos Estatutos das IES.

2 – Operacionalização da Política de Verbas Públicas nas IES.

3 – Mobilização do MD para o estudo do redimensionamento da rede de ensino superior no país.

## TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

### 1 – Reajuste do valor da mensalidade da ANDES

#### 1.1 – Informes

Conforme deliberação do 6º Congresso (Goiânia, janeiro de 1987) cabe ao XV CONAD avaliar a proposta de novo reajuste em função da inflação acumulada e projetada desde 1º de março do corrente.

De acordo com a Previsão Orçamentária/ 87 aprovada pelo 6º Congresso, as despesas calculadas a preços de março/ 87 que incidem com maior percentual sobre o total, referem-se a: viagens (32,6%), empregados (18,6%), diárias (13,9%), telefone e correio (12,6%) e divulgação/ impressos (11,7%). O critério para reajuste pode ser baseado no índice geral de inflação – IPC – ou índice específico cuja fórmula contemple, com a devida ponderação, as despesas supracitadas.

Em relação à inflação oficial, temos:

Março – 14,4% (real)

Abril – 20,9% (real)

Maior – 26,5% (prevista)

Acumulada nos 3 meses – 75,0% (estimada)

Em relação ao eventual índice específico, cabe lembrar que os custos de passagens aéreas subiram, desde 1º de março, 62%; o sistema de reajuste salarial adotado pela ANDES para seus funcionários já implicou em 38,3% de acréscimo nos salários e pró-labores de maio; telefone e correio subiram em média 45% e os custos de divulgação, cerca de 80%. (todos os índices referem-se a 30 de maio, ou seja, a 1 bimestre).

#### 1.2 – Deliberações

Diante desse quadro inflacionário e visando evitar uma asfixia financeira da Entidade e a subsequente “recessão” o movimento, o Congresso Extraordinário delibera adotar:

a) reajuste semestral do valor da mensalidade, incidindo sobre os pagamentos dos meses de setembro e março;

b) antecipação do reajuste por trimestre sempre que o índice inflacionário adotado for igual ou maior do que 50%;

c) novo valor da mensalidade a partir do mês de junho (a ser pago até 15 de julho) de Cz\$ 19,00 por associado, representando 72,73% sobre o valor atual de Cz\$ 11,00;

d) ficam excluídos desse aumento as Ads cujas associações não tenham tido seus salários reajustados, até o momento em que ocorra esse reajuste.

## **2 – Estudo para implantação das mensalidades proporcionais aos salários**

O Congresso Extraordinário remete às Ads a discussão sobre a viabilidade política da medida, já que a medida não foi questionada sobre a viabilidade técnica da sua implantação, delegando ao próximo CONAD poderes para deliberar sobre a matéria segundo posições das AGs.

O Congresso Extraordinário recomenda o estudo pela ANDES da possibilidade de qualificar-se como entidade de utilidade pública federal junto ao Congresso Nacional, com vistas a garantir a recepção de recursos financeiros por essa via.

## **3 – Mudança da sistemática de rateio**

### **3.1 – Informes**

Proposta inicial neste sentido foi apresentada ao 6º Congresso para ser apreciada no XV CONAD. A formulação do Documento Final do Congresso (pág. 98) indicava:

“Que, para efeito de rateio, seja estabelecida uma distancia mínima para o transporte aéreo dos participantes. Que, no rateio, as Ads situadas à distância menor que a mínima estabelecida, possam abater o valor de transporte aéreo proporcional à relação: distância à sede do evento/ distância mínima”. (Proposta pelo plenário).

As distâncias mínimas para o transporte aéreo dos participantes, correspondem atualmente a:

700 Km para CONADS

1.000 Km para os Congressos.

### 3.2 – Deliberações

O Congresso Extraordinário delibera adotar, como nova sistemática de rateio, a proposta apresentada ao VI Congresso, constante na pág. 98 do Relatório Final, transcrita acima. A nova sistemática terá validade para o próximo CONAD.

### 3.3 – Recomendações

O Congresso Extraordinário recomenda que o movimento docente aprofunde a discussão sobre a sistemática de rateio para CONADs e Congressos.

### 4 – XVI CONAD

Considerando que o CONAD Extraordinário de Brasília deliberou a convocação deste Congresso Extraordinário e, atendendo à necessidade de evitar sacrifício para as Ads deliberou que o XV CONAD marcado no Congresso de Goiânia para a cidade de São Luiz, seria convocado em data imediatamente anterior no mesmo local do Congresso Extraordinário, ficando assim o XVI CONAD para a cidade de São Luiz.

Considerando a mobilização das particulares e a solicitação do Setor, em reunião de 2 e 3/5, no sentido de que o Congresso Extraordinário e XV CONAD fossem realizados no Eixo Rio – São Paulo, atendendo à maior concentração de Ads do Setor, levaram à realização destes eventos no Rio de Janeiro.

O Congresso Extraordinário delibera que o XVI CONAD, seja realizado na Cidade de São Luiz do Maranhão, de 04 a 07 de setembro, ficando a organização a cargo da APRUMA e da ANDES.

### 5 – VII CONGRESSO

Considerando que o Estatuto da ANDES determina a realização do Congresso Ordinário da Entidade em janeiro ou fevereiro, o Congresso Extraordinário delibera que o VII Congresso, que será realizado na cidade de Juiz de Fora, conforme decisão do VI Congresso, seja realizado de 24 a 30 de janeiro/ 1988, ficando a organização a cargo da APES-JF e da ANDES.

### 6 – Sobre a tesouraria do CNG do Setor Federais

Considerando:

1º - que foi deliberação do CNG que a Comissão de Finanças fosse mantida até este Congresso, tendo em vista a necessidade das diversas Ads acertarem seus compromissos ainda restantes com o Comando Nacional de Greve,

bem como a necessidade de saldar as dívidas assumidas durante a greve do setor federal;

2º - que a Comissão de Finanças, após prestar contas dos valores sob sua responsabilidade ao Congresso Extraordinário da ANDES, teria seus trabalhos encerrados;

3º - o fato de diversas Ads não terem respeitado a deliberação do CNG, no sentido de realizarem seu acerto de contas até este Congresso, nem comprovado a remessa de recursos (conforme solicitado pela Tesouraria do CNG), nem remetido os cupons das rifas, vendidos ou não;

4º - que apesar de a Comissão de Finanças não ter podido completar seus cálculos finais, os números até agora levantados indicam um saldo favorável de caixa;

#### O Congresso Extraordinário delibera:

1º - que as Ads que, até este momento, não solucionaram definitivamente sua situação com a Tesouraria do CNG, tenham como prazo definido para fazê-lo até o dia 05 de junho próximo. Os recursos devidos deverão ser enviados para a conta bancária aberta pelo CNG, em Brasília em nome de Otil Lara, cujos dados se encontram nos telex's do CNG. Os comprovantes de pagamento das Ads devedoras, bem como os cupons da rifa, vendidos ou não vendidos, e ainda não devolvidos, deverão ser remetidos para a sede da ADUNB, também em nome de Otil Lara;

2º - que as Ads que não regularizarem sua situação até a data proposta tenham sua dívida para com o CNG considerada como dívida para com o fundo de mobilização administrado pela ANDES, não podendo, portanto, participar com delegados nos próximos eventos da nossa entidade sem que tenham quitado seus débitos;

3º - que os recursos oriundos do saldo de caixa da Tesouraria do CNG sejam repassados à ANDES, para a criação de um fundo de mobilização devendo ser aplicados, prioritariamente:

a) na cobertura financeira dos gastos realizados pela ANDES, no que tange ao trabalho com a Comissão do PCS, Comissão Verbas e questão do 1º e 2º graus.

b) na cobertura financeira dos gastos da ANDES com o movimento grevista, bem como na aquisição de material e equipamento necessário à infraestrutura de funcionamento da ANDES, em Brasília:

4º - que o encerramento definitivo dos trabalhos da Comissão de Finanças se dê durante a próxima reunião do setor, em Brasília, dias 13 e 14 de junho próximos.

#### **DEMONSTRATIVO PARCIAL DAS FINANÇAS DO CNG**

RECEITA: Cz\$ 827.939,30

DESPESA: Cz\$ 557.241,63

SALDO: Cz\$ 270.697,67

#### **DEMONSTRATIVO DE CAIXA**

SALDO BANCÁRIO: Cz\$ 237.063,71

CHEQUES: Cz\$ 96.234,00

DINHEIRO: Cz\$ 700,00

SUBTOTAL 1: Cz\$ 333.997,71

#### **CONTAS A PAGAR**

MATÉRIA PAGA JB: Cz\$ 110.000,00

CHEQUES NÃO COBRADOS

Nº 423 – 533 (Folha de São Paulo) Cz\$ 62.607,33

Nº 423 – 534 (Sedex) Cz\$ 10.229,00

SUBTOTAL 2: Cz\$ 182.836,33

SALDO = SUBTOTAL 1 – SUBTOTAL 2 = Cz\$ 151.161,38

REPASSE À ANDES:

CHEQUES DAS ADS Cz\$ 96.234,00

CHEQUES CNG Cz\$ 164.227,38

DINHEIRO Cz\$ 700,00

TOTAL = Cz\$ 261.161,38 = SALDO + MATERIA JB

## **MOÇÕES**

O Congresso Extraordinário aprova as seguintes moções:

1 – Moção contrária à corporação dos atuais professores sem concurso público.

2 – Moção de apoio aos docentes do 3º grau da rede Particular do Rio de Janeiro, em greve desde 07.04 último.

3 – Moção de apoio aos professores da Universidade Santa Ursula, em greve pelo não pagamento de seu salários.

4 – Moção de apoio ao movimento das Universidades Estaduais da Bahia.

5 – Moção de apoio à declaração de Campinas contra a dívida externa.

6 – Moção de apoio à luta do funcionalismo público estadual paulista na sua luta contra a extinção do gatilho.

7 – Moção de repúdio ao MEC.

8 – Moção de repúdio à atitude do CRUB ao não apoiar a reivindicação da ANDES relativa ao enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus.

9 – Moção da Diretoria.

10 – Moção de reconhecimento ao trabalho realizado pelos Companheiros Berenice e Newton.

11 – Moção de apoio e solidariedade à greve dos docentes do Piauí

12 – Moção de apoio à luta dos docentes de Ouro Preto.

13 – Moção de apoio às greves no setor das Estaduais.

14 – Moção sobre a questão do gatilho.

16 – Moção de apoio a indicação, imediata, do prof. Ricardo Rossato como Vice reitor da UFSM.

17 – Moção de apoio aos colegas da Universidade da Campanha – Bagé, RS

RIO DE JANEIRO. 31.5.87

## ANEXO I

### **DISCURSO DO PRESIDENTE DA ANDES NA PLENÁRIA DE ABERTURA DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO**

Magníficos Reitores da UNI-RIO e Universidade Federal Fluminense, Senhores representantes de entidades, Senhores parlamentares, colegas professoras e professores.

No intuito de contribuir para reflexão do movimento sobre a conjuntura política e econômica do país, dentro da perspectiva aprovada no Congresso de Goiânia, a diretoria da ANDES apresenta a este Congresso Extraordinário reflexões que embasem algumas propostas de diretrizes políticas gerais para a nossa entidade nos próximos meses.

A partir de janeiro, como parte de uma determinação global da Economia já antecipada na discussão feita no Congresso de Goiânia, acirrou-se o processo inflacionário. Além disso, foi constatada a inadimplência do país em relação a dívida externa, com saldos comerciais os mais baixos desde 1983. Num quadro de perda contínua de popularidade do governo Sarney, de impasse na negociação da dívida externa e incapacidade do setor econômico do governo, sob Funaro, de administrar o agravamento da crise econômica, Sarney fez uma reforma, com a substituição, primeiro do Ministro do Planejamento e, depois, o da Fazenda. A negociação para a indicação dos novos ministros, mostrou que setores políticos ligados a alguns governadores de estado, como Quéricia, Newton Cardoso e Moreira Franco, tem força e influência crescente no âmbito federal em contrapartida ao apoio a Sarney à extensão de seu mandato. É nítido, também o uso clientelístico e político do dinheiro público por parte dos aparelhos do governo federal para obter apoio político de cúpula aos 5 anos de mandato para Sarney.]

Agudamente pressionado pelos banqueiros internacionais e por uma economia que caminha em passos largos para forte recessão, Bresser Pereira, ex secretário ao FMI: além de negociar o pagamento da dívida externa, deveríamos, segundo o governo, fazer novos empréstimos, já que para a manutenção do crescimento econômico projetado, só a "poupança interna" não será suficiente. É bom lembrar que "dinheiro novo" poderá vir, mas não sem algumas "concessões". Poderão constar da pauta de exigências o cancelamento de qualquer reserva de mercado e uma regulamentação ou dispositivo constitucional "flexível" em relação a remessa de lucros. Enquanto isso a economia continuará, pelo menos a curto prazo, com taxas inflacionárias muito altas, 20% ou mais, ao mês com tudo que isto significa para os trabalhadores e mesmo os setores econômicos de pequeno e médio porte: uma enorme concentração de

renda e capital, com arrocho salarial e aumento do controle oligopólico da economia.

Na Constituinte, vemos o movimento dos setores mais conservadores no sentido de garantir que suas propostas e concepções constem dos relatos das sub-comissões. Na realidade, a reivindicação destes setores é que o caráter marcadamente conservador do Congresso Constituinte seja refletido, concretamente, nas deliberações e recomendações das comissões e sub-comissões, passo importante para que sejam aprovadas e incorporadas no texto constitucional. A questão do mandato presidencial está em suspensão, enquanto que o discurso autoritário e agressor à soberania na Constituinte Congressual de Sarney não obteve da própria Constituinte nenhuma resposta. O intolerável controle dos meios de comunicação e o recrudescimento da censura são dados de realidade que geram grande apreensão. Em outras questões importantes para o movimento, como EPG, CeT, liberdade e autonomia sindical, reforma agrária, e a organização social e econômica do país, mesmo alguns avanços tímidos constantes dos esboços de relatos já divulgados, estão sob fogo cerrado da maioria conservadora e de organizações de empresários de diversos setores.

Ao nível do movimento, assistimos a um Ascenso da mobilização organizada de diversas categorias na defesa de salários e condições de vida. A greve das Federais, a greve no setor das Particulares e no setor das Estaduais são exemplos claros desde aumento de iniciativa política e de luta.

Conforme avaliação do CNG, endossada pela diretoria da ANDES, a greve das federais representou mais do que as conquistas parciais obtidas, um fortalecimento considerável do movimento docente e da ANDES na sua luta permanente pela Universidade Pública e Gratuita.

A greve no setor das Particulares que ainda se desenvolve em alguns estados, em especial no RJ, vem pondo em cheque a estrutura nociva da mercantilização da educação no país e, apesar da fúria patronal, vem obtendo algumas conquistas salariais importantes procurando resistir à avassaladora deterioração dos seus vencimentos.

O veredito de ontem (28.5) do TRT do RJ, e considerar pela 2ª vez a greve dos docentes das particulares do Rio de Janeiro como legal é, sem nenhuma dúvida uma vitória política do movimento docente.

Nas Estaduais a luta dos docentes está marcada pelo confronto com os governadores que, ao contrário do que prometeram nos palanques, vem alegando flato de recursos, arrochando salários e procurando inviabilizar o desenvolvimento do nosso projeto de Universidade Pública, Autônoma e Gratuita.

É necessário reconhecer que temos hoje, especialmente a partir dos governos de Minas Gerais e de São Paulo, um ataque sério ao mecanismo do gatilho salarial para todos os trabalhadores. Colocando a alternativa de reformas administrativas aliada a uma campanha na imprensa de desmoralizar a eficácia dos serviços públicos essenciais à população, a finalidade desta tática é o comprometimento da organização política dos servidores, tão próxima do executivo e que ameaça a possibilidade de manipulação política do poder do Estado. Em São Paulo, embora envolvendo uma grande perda de prestígio político de massa que resultou numa derrota de seu projeto na Assembléia Legislativa, fruto do movimento grevista de grandes proporções, Quéricia mantém sua intransigência, sua recusa ao diálogo e à negociação além de propiciar denúncias constantes de sua disposição de transformar o governo do Estado em um grande escritório eleitoral para a presidência da República. A disposição de sustentar este desgaste mostra a importância do golpe que, articulado a partir do governo federal, se tenta desfechar sobre a presente metodologia de reajuste salarial.

As tarefas do MD a curto prazo incluem manter as lutas setoriais e aquelas pelos princípios gerais do movimento na Constituinte e no interior da própria Universidade. O PCS para as Federais, reestruturação e salários nas Estaduais e a campanha salarial e por carreira docente nas Particulares, são exemplos de lutas que devemos manter e reforçar. De outro lado, será indispensável trazer para a rua a Campanha pelo Ensino público e Gratuito, realizar a Caravana à Brasília, de forma articulada com as demais entidades através do Fórum de Educação como forma de garantir que mantermos pressão contra a intenção de privatização do ensino e da produção de saber que não foi abandonada pelo governo, pela tecnocracia que administra o MEC e pelo forte lobby privatista.

A vitória na Sub-comissão de educação, 1º "round" da luta pelo ensino público e gratuito na Constituinte, longe de esmorecer deve estimular ainda mais a recomendação aprovada no Congresso de Goiânia de levar a luta pelo aprimoramento e transformação da Universidade no Cotidiano de nosso trabalho. Continua importante, como forma de ampliar as conquistas de democratização e garantir, na prática, a evolução acadêmica e científica da Universidade.

Torna-se decisivo nesta conjuntura que o MD se volte a consideração de propostas de cunho estratégico do ponto de vista do jogo político imediato, e que devemos executar de forma articulada.

Na questão do gatilho econômico em geral, devemos envidar todo esforço na construção de um fórum sindical de discussão e encaminhamento de lutas comuns, que substitua o Fórum sindical que reunia as centrais, ANDES, a CPB e as Confederações, auto-dissolvido a partir do dia 22.04.87. A articulação que estamos propondo deveria contar

com a participação da ANDES, CUT, CGT, CPB e diversas Federações Nacionais de Servidores e de Profissionais. Seria, a partir daí, possível discutir um apoio efetivo aos movimentos dos servidores estaduais, hoje linha de frente na defesa do gatilho, evitando seu isolamento, além de organizar formas de luta, como a convocação de grandes manifestações de massa contra a política econômica, o tratamento dado a questão da dívida externa e à Constituinte Congressual. É preciso registrar com toda clareza que o gatilho salarial com inflação de 20% ao mês significa arrocho salarial de grandes proporções: a perda real de salário é da ordem de 33% ao ano!

Tornou-se evidente a falta de legitimidade do governo Sarney. Sua proposição de continuar presidente com um mandato de cinco anos está sendo sustentada às custas dos cofres públicos e enorme clientelismo político dirigido ao Congresso Constituinte e aos governos dos Estados. Há também a ambição de ser presidente da República a motivar os governadores a apoiar o governo Sarney e seu plano econômico que inclui corte nos gastos público “não produtivos” como saúde e educação, arrocho salarial e continuidade do pagamento da dívida externa – Bresser Pereira quer acabar logo com a “moratória” – em troca de favores, dinheiro, ministérios e o fim do gatilho.

Para atacar o cerne desta articulação de cúpula, seria importante discutirmos, desde já a retomada da luta pelas eleições diretas para presidente da República após o término dos trabalhos da Constituinte Congressual. O crescimento do apoio a esta idéia, retomando a imensa movimentação popular pelas diretas em 1984, traria para o cenário brasileiro um componente político de peso que possibilitaria aos movimentos sociais organizados e progressistas aumentar sua força de pressão no sentido de fazer constar do texto constitucional preceitos que sejam do interesse da maioria da população tais como Ensino público e Gratuito, compromisso do Estado com serviços de saúde públicos e de boa qualidade, autonomia e liberdade sindical, entre outros. Possibilitaria também um fortalecimento da possibilidade de influirmos nos rumos da política econômica de curto e médio prazo, inclusive como parte da discussão de um programa de governo para o país, refreando a tendência que agora se avoluma, de um aprofundamento da crise, do arrocho salarial sobre os trabalhadores brasileiros e da deterioração e participação política.

Cabe ao MD, a partir deste Congresso Extraordinário, buscar na sua experiência histórica de luta e na sua capacidade de organização, a força para responder de forma efetiva às exigências de luta numa conjuntura em rápida mudança, mas marcada pela pretensão das forças conservadoras que continuam hegemônicas na Aliança Democrática de, diminuindo os espaços para avanços sociais reais, manter intactas suas políticas de dominação e exploração dos trabalhadores brasileiros.

Com a determinação do nosso movimento, estimulados pelas conquistas recentes e articulados com os setores populares e progressistas da sociedade pública e Gratuita e de melhores dias para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

## **ANEXO II**

# **27/5 – DIA NACIONAL DE LUTA EM DEFESA DO GATILHO PARA TODOS SINDICATOS, SERVIDORES PÚBLICOS E À POPULAÇÃO**

### **Considerando:**

- 1- Que a quase totalidade dos governos estaduais têm se negado a pagar o gatilho salarial aos servidores públicos.
- 2- Que este ataque ao salário do funcionalismo, além de discriminatório, se configura num balão de ensaio da extinção do gatilho a toda a classe trabalhadora do país;
- 3- Que este ataque está articulado com a política econômica do governo da “Nova República”, que visa jogar o ônus do pagamento da dívida externa nas costas dos trabalhadores, através de uma política de arrocho salarial, da redução dos gastos públicos, degradando, ainda mais, o atendimento aos serviços públicos,
- 4- Que essa política econômica traduz a submissão desse governo a exigências do FMI;
- 5- Que nos Estados e municípios, o funcionalismo vem resistindo bravamente a essa política através de greves e mobilizações.

**AS CENTRAIS SINDICAIS – CUT . CGT – E ENTIDADES  
NACIONAIS REPRESENTATIVAS DE SERVIDORES – CPD E  
ANDES – ENTENDENDO QUE ESTA LUTA NÃO É APENAS  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS, MAS DE TODA A CLASSE  
TRABALHADORA, CONVOCAM DIA NACIONAL DE LUTA EM  
DEFESA DO GATILHO PARA TODOS OS TRABALHADORES**

**27.05.87 (4ª FEIRA)**

**COM ATOS PÚBLICOS NOS ESTADOS**

Em Brasília, as entidades nacionais e representações dos Estados cobrarão dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário posicionamentos definitivos pela manutenção do gatilho para todos.

A participação do conjunto dos trabalhadores nas atividades deste dia é mais um passo importante para a organização da mobilização nacional em defesa do salário, emprego, contra a política econômica do governo e contra o pagamento da dívida externa.

**EM SÃO PAULO – ATO PÚBLICO NA PRAÇA DA SÉ – 17HORAS**  
Trabalhadores dos outros Estados procurem as Centrais, as Entidades Nacionais, o Comando de Greve e os Sindicatos para se engajarem nesta luta.

**CUT, CGT, ANDES e CPD**

FSP/26.05.87

## CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO – RIO DE JANEIRO, 29 A 31.05.87

### - REGIMENTO –

#### CAPÍTULO I

#### DO CONGRESSO

Art. 1º - Os docentes do ensino superior filiados à ANDES, reunir-se-ão no Congresso Exterior, de 29 a 31.05.87, no RIO DE JANEIRO-RJ;

§ Único – Cada Associação de Docentes terá direito a se fazer representar por uma delegação constituída conforme decisão do III Congresso, realizado em Piracicaba – SP em fevereiro de 1984.

AR. 2º - O Congresso terá como finalidade deliberar sobre questões da pauta de trabalho a se aprovada no seu início.

#### CAPÍTULO II

#### DOS ÓRGÃOS DO CONGRESSO

Art. 3º - O Congresso será constituído dos seguintes órgãos:

I – Comissão Organizadora

II – Comissão Diretora

III – Grupos de Estudos

IV – Plenária

Art. 4º - Os trabalhos preparatórios do Congresso, incluindo as Seções de Abertura e Instalação, serão de responsabilidade da Comissão Organizadora.

Art. 5º - O Congresso será dirigido pela Comissão Diretora, composta de 19 membros, sendo 17 da Diretoria da ANDES e 02 da Comissão Organizadora local.

§ Único – As Comissões Oficiais do Congresso são da responsabilidade da Comissão Diretora.

Art. 6º - As Mesas Diretoras das Sessões Plenárias são assim constituídas:

- Presidente
- Vice-Presidente
- Secretário Geral
- 02 Sub-Secretários

§ 1º - A Comissão Diretora indicará entre seus membros os componentes das Mesas Diretoras.

§ 2º - A qualquer momento a Plenária poderá deliberar sobre proposta de modificação da mesa diretora, nos termos deste Regimento.

Art. 7º - Ao Presidente compete:

a) preparar, junto com o Secretário Geral, a ordem do dia das Sessões Plenárias;

b) dirigir as Sessões Plenárias, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste;

c) assinar as Atas das reuniões junto com o Secretário Geral.

Art. 8º - O Vice-Presidente auxiliará o Presidente nos trabalhos da Mesa.

§ Único – O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, na direção das Sessões.

Art. 9º - Ao Secretário Geral compete preparar com o Presidente a ordem do dia das Sessões Plenárias e elaborar e assinar suas Atas.

Art. 10º - Aos Sub-Secretários compete auxiliar o Secretário Geral.

### CAPÍTULO III

#### DOS PARTICIPANTES

Art. 11º - Serão Participantes do VI Congresso Nacional da ANDES os docentes do Ensino Superior inscritos e as pessoas convidadas pela Comissão Organizadora.

§ 1º - Os convidados a critério da Comissão Organizadora terão direito a voz.

§ 2º - Os membros da delegação, devidamente credenciados, terão direito a voz e voto nos grupos e nas plenárias.

§ 3º - Os docentes do ensino superior não integrantes da delegação, devidamente credenciados, serão considerados observadores e terão direito a voz nos grupos e nas plenárias.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 12º - Os Grupos de Trabalho serão formados por Delegados e Observadores contanto com, no máximo, 30 (trinta) Delegados.

§ Único – Serão formados tantos grupos quantos forem necessários, pela Comissão Organizadora, respeitando o seguinte critério: só poderá haver mais de 01 (um) delegado pro Ad em cada Grupo caso a delegação tenha representantes em todos os grupos.

Art. 13º - Os Grupos de Trabalho terão 01(um) Presidente, 01 (um) Secretário, e (um) relator., eleitos pelo grupo.

Art. 14º - O Presidente dirigirá a reunião e assinará, com o Relator, o relatório do Grupo, encaminhando-o à Comissão Diretora.

§ Único – Deverá constar do Relatório o número de votos de cada proposta.

Art. 15º - Os relatores reunir-se-ão ao final dos trabalhos dos grupos para consolidação do relatório geral a ser apresentado à plenária.

§ Único – Do relatório geral somente constarão as propostas aprovadas por maioria simples dos delegados em cada grupo e as propostas que, não tendo sido majoritárias, tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos delegados presentes no grupo.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Art. 16º - Quando uma proposição estiver em debate na plenária a palavra somente será concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de inscrição.

Art. 17º - A discussão em cada matéria poderá ser encerrada pela Mesa após consulta à Plenária, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 18º - As discussões e votações dos temas nos grupos e nas plenárias terão o seguinte procedimento:

a) fase de discussão, com tempo de 03 (três) minutos improrrogáveis, para cada orador;

b) fase de encaminhamento de votação, com tempo de 03 (três) minutos improrrogáveis, com 01 (um) encaminhamento contra e 01 (um) a favor;

c) a votação será feita através de levantamento, pelos Delegados, do cartão de voto;

d) toda deliberação será pro maioria simples.

Art. 19º - O aparte poderá ser concedido pelo Orador e tempo utilizado será descontado do tempo regimental do orador.

Art. 20º - As questões de ordem terão preferência sobre qualquer assunto, sendo apreciados pela Mesa, cabendo recurso ao Plenário.

§ Único – Não serão aceitas questões de ordem durante o encaminhamento das votações.

Art. 21º - Em regime de votação não serão aceitas questões de ordem ou de esclarecimentos.

Art. 22º - A ordem de inscrições será rigorosamente obedecida, não sendo permitido a nenhum orador ceder sua voz a outro.

Art. 23º - As propostas de moções oriundas de indivíduos ou grupos deverão ser entregues à Comissão Diretora na Secretaria do Congresso, até 24 horas antes da Plenária de encerramento do Congresso.

§ 1º - A Comissão Diretora deverá divulgar aos Congressistas um cópia do conjunto das moções propostas, até 12 horas antes da plenária de encerramento do Congresso.

§2º - A critério da plenária poderão ser apreciadas moções cuja natureza e/ou conteúdo justifiquem não tem sido apresentadas nos prazos previstos.

Art. 24º - As deliberações serão tomadas com a presença mínima de 50% + 1 dos delegados credenciados.

Art. 25º - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Diretoria da ANDES-SN

RIO DE JANEIRO, 29.05.87